LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SALETE TERESINHA TARTARI

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:

UMA ANÁLISE DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFFS – *CAMPUS* ERECHIM

ERECHIM

2017

SALETE TERESINHA TARTARI

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
UMA ANÁLISE DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFFS – *CAMPUS* ERECHIM

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Zoraia Aguiar Bittencourt

ERECHIM

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Tartari, Salete Teresinha
Avaliação da Educação Superior: uma análise do Curso de Pedagogia da UFFS Campus Erechim/ Salete Teresinha Tartari. -- 2017.
91 f.:il.

Orientadora: Dr.ª Zoraia Aguiar Bittencourt.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de pedagogia , Erechim, RS , 2017.

1. Avaliação Externa. 2. Educação Superior. 3. Internacionalização da Educação. 4. Pedagogia. 5. UFFS. I. Bittencourt, Dr.ª Zoraia Aguiar, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SALETE TERESINHA TARTARI

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR:

UMA ANÁLISE DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFFS – *CAMPUS* ERECHIM

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Erechim.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Zoraia Aguiar Bittencourt

Aprovado em: 14/12/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira (UFFS/Erechim)

Prof.ª Me. Fernanda Nogueira (UFRGS)

Prof.ª Dr.ª Zoraia Aguiar Bittencourt (UFFS/Erechim)

Dedico este trabalho a todos, que, de forma direta ou indireta, contribuíram para minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por me dar saúde, forças, coragem e determinação para seguir em frente diante das dificuldades que surgiram ao longo da minha formação acadêmica. Também, agradeço às minhas colegas Ana Maria, Francieli e Marcia, que estiveram comigo desde o início da graduação e contribuíram significativamente para meu aprendizado, dividindo as tarefas em grupo e compartilhando todos os momentos de brincadeiras, de trabalho árduo, de choros, de risos e de cumplicidade. Da mesma forma, agradeço às minhas colegas de trabalho Luana e Marlei que "seguraram as pontas" na ASSGP do *Campus* Erechim nos dias em que me ausentei para tocar adiante meu TCC. Ainda, agradeço a minha família, que mesmo de longe, me apoiou.

Agradeço à universidade, que, por meio das contribuições financeiras de cada cidadão brasileiro, proporcionou um ensino gratuito e de qualidade. Ainda, agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação acadêmica me auxiliando nas dificuldades de escrita, de compreensão e dando-me suporte teórico para minha formação profissional.

Em especial, agradeço a minha orientadora Prof.ª Dr.ª Zoraia Aguiar Bittencourt, que esteve presente desde o início da minha formação acadêmica, agindo sempre com respeito e profissionalismo, colocando-se ao meu lado como qualquer amigo faria com quem está aprendendo. E, especialmente nesse ano de 2017, contribuiu significativamente para que eu pudesse elaborar esse trabalho de conclusão, dedicando grande parte de seu tempo para orientar, apoiar e incentivar a prosseguir, dando-me as diretrizes para que eu pudesse elaborar a presente pesquisa. Agradeço, querida profe., por confiar em mim!

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o vôo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

Rubem Alves

RESUMO

Essa pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. O trabalho consiste numa investigação a respeito dos impactos da avaliação externa da Educação Superior na estrutura e na organização do Curso de Pedagogia da UFFS, *Campus* Erechim/RS. Partiu-se do pressuposto de que os mecanismos de avaliação institucional definem regras e traçam resultados esperados, limitando a autonomia das Universidades. À vista disso, objetivou-se investigar os impactos das Políticas de Avaliação Externa na estrutura e na organização do Curso de Pedagogia da UFFS, *Campus* Erechim/RS; caracterizar a avaliação externa e as interferências das políticas educacionais; analisar impactos na educação provenientes da Internacionalização das políticas educacionais; investigar o Estado de Conhecimento sobre avaliação externa das Universidades Públicas; verificar as publicações bibliográficas sobre Avaliação da Educação Superior; analisar documentos do Curso de Pedagogia da UFFS relativos à avaliação externa instituída pelo governo federal, bem como os elaborados pela própria instituição. Para a realização do trabalho, foi feita uma revisão de literatura na intenção de analisar o que já foi publicado sobre o tema. Além disso, foi feita uma pesquisa das publicações no Portal OASISBR nos últimos 10 anos, a partir dos descritores "Avaliação – Institucional – Universidade", a fim de verificar o Estado de Conhecimento das publicações recentes. Por fim, foi feita uma análise documental nos instrumentos de autoavaliação utilizados no Curso de Pedagogia da UFFS, *Campus* Erechim/RS. Os estudos apontam que os mecanismos de avaliação atuais interferem nos procedimentos institucionais, ao buscarem um padrão de qualidade igualitário inibindo iniciativas que poderiam ser pertinentes para provocar mudanças nas políticas de avaliação externa e de autoavaliação institucional, fruto da pressão dos órgãos internacionais sobre as políticas públicas no Brasil em virtude do processo de internacionalização da educação. Desse modo, não há uma forma neutra de avaliar as instituições, uma vez que os indicadores de avaliação externa tendem a direcionar os resultados, dando pouca margem de autonomia às Instituições. Com isso, é feita uma aproximação entre as publicações e os dados coletados, demonstrando a interferência das Políticas de Avaliação Externa nas Universidades. Desse modo, a partir desse Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, foi possível constatar que os mecanismos de avaliação externa impactam nos procedimentos institucionais e, consequentemente, influenciam a avaliação periódica do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), que implica adequações na Matriz Curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *Campus* Erechim, bem como nos instrumentos de autoavaliação institucional.

Palavras-Chave: Avaliação Externa. Educação Superior. Internacionalização da Educação. Pedagogia. UFFS.

LISTA DE SIGLAS

ACG – Avaliação dos Cursos de Graduação

AVALIES – Avaliação das Instituições de Educação Superior

BM – Banco Mundial

CEA – Comissão Especial de Avaliação

CES – Conselho Estratégico Social

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CONCUR – Conselho Curador

CONSUNI – Conselho Universitário

CPA – Comissão Própria de Avaliação da UFFS

CPC – Conceito Preliminar de Curso

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IDD – Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado

IES – Instituições de Educação Superior

IGC – Índice Geral de Cursos

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPA – Plano Plurianual

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PROAVALIAÇÃO – Programa de Auto Avaliação Institucional

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

QSE – Questionário Socioeconômico

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU – Restaurante Universitário

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SiSU – Sistema de Seleção Unificada

TAEs – Técnicos Administrativos em Educação

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UnU – Unidades Universitárias

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Instrumentos de Avaliação Externa 47
Quadro 2: Matrículas de estudantes – Licenciatura em Pedagogia – *Campus* Erechim 51
Quadro 3: Categorias de Análise e Dimensões do SINAES 56
Quadro 4: Categoria "Planejamento e Avaliação Institucional" (Eixo 1 do SINAES) 59
Quadro 5: Categoria "Desenvolvimento Institucional" (Eixo 2 do SINAES) 63
Quadro 6: Categoria "Políticas Acadêmicas" (Eixo 3 do SINAES) 67
Quadro 7: Categoria "Políticas de Gestão" (Eixo 4 do SINAES) 72
Quadro 8: Categoria "Infraestrutura" (Eixo 5 do SINAES) 76
Quadro 9: Relação das 5 questões com melhores e piores notas 79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 13
2 UNIVERSIDADE: MOBILIZANDO CONCEITOS 17
2.1 UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS 20
2.1.1 Universidade elitista 23
2.1.2 Universidade popular 25
3 AVALIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS 28
3.1 A UNIVERSIDADE EM AVALIAÇÃO: INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO 31
3.1.1 Avaliações externas: SINAES 33
3.2 ESTADO DE CONHECIMENTO: O QUE DIZEM AS PUBLICAÇÕES 36
4 METODOLOGIA 42
5 AVALIAÇÃO EXTERNA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS 45
5.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS 48
5.1.1 Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS 50
5.1.1.1 Impactos da Avaliação Externa no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – *Campus* Erechim/RS 53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 83
REFERÊNCIAS 86

1 INTRODUÇÃO

No intuito de monitorar a qualidade da educação nas Instituições de Educação Superior (IES[1]), as políticas educacionais têm implementado sistemas de avaliação externa em vários países do ocidente, dentre eles está o Brasil. Dessa forma, para ter uma Educação Superior de qualidade, as IES precisam atingir padrões de qualidade a fim de cumprir sua missão junto à comunidade, o que somente se torna possível por meio de avaliações periódicas. Nessa perspectiva, "a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais" (BRASIL, 2004, s. p.). Embora primem pela qualidade da educação, as IES não deveriam estar sujeitas às mesmas condições avaliativas, pois os projetos de pesquisa apontam para direções diferentes. Além disso, há as especificidades de cada uma, de acordo com a missão, projeto pedagógico e o propósito definido por cada comunidade acadêmica, uma vez que cada uma está inserida em um contexto diferente.

> No entanto, cabe destacar a existência de referentes universais de qualidade, que dizem respeito à natureza, condições e formatos das instituições que constituem o sistema de educação superior, seja ele nacional ou estrangeiro. Podem ser considerados referentes universais: a adequação e a pertinência dos processos de formação, o rigor acadêmico e científico, a condição social, científica e cultural da produção acadêmica, a construção da cidadania e o exercício da democracia (BRASIL, 2006, p. 11).

No Brasil, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES[2]) segue as tendências presentes em outros países, que possuem sistemas de avaliação já consolidados e "o foco da avaliação recai fundamentalmente nas instituições e nos cursos já em estágio de autorização e de consolidação do seu funcionamento, o que a caracteriza como uma avaliação institucional externa, voltada a, entre outras aplicações, referendar a qualidade das instituições" (BRASIL, 2015, p. 14). Nessa perspectiva, a qualidade das IES é referenciada e

[1] O Ministério da Educação (MEC) usa a sigla IES tanto para Instituição de Ensino Superior quanto para Instituição de Educação Superior. Nesse trabalho será utilizada a expressão Educação Superior, por estar em sintonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, que divide a educação em dois níveis: Educação Básica e Educação Superior. A denominação Ensino Superior será usada apenas nas citações diretas.

[2] SINAES – Instituído pela Lei No 10.861, de 14 de abril de 2004, "[...] com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 03 jul. 2017.

dinamizada pela participação dos diferentes atores institucionais, o que lhe confere um estatuto de responsabilidade democrática [...]" (BRASIL, 2006, p. 10).

Ao que tudo indica, o SINAES seria a solução para os problemas de avaliação das IES, porém pesquisas recentes apontam falhas nesse sistema. Torna-se pertinente ressaltar que os métodos atuais de avaliação externa direcionam os resultados, buscam um padrão de qualidade igualitário entre as instituições sem respeitar as especificidades locais. Além disso, os investimentos financeiros dependem desse resultado, portanto, influenciam nas práticas pedagógicas docentes e no currículo institucional, que busca adequar-se às exigências de produção de pesquisas e, muitas vezes, deixam de lado a qualidade. Embora o SINAES seja um método avaliativo recente, segue as tendências de métodos anteriores.

Assim sendo, optou-se por verificar a abrangência das repercussões dos sistemas de avaliação externa nas Universidades Públicas. Por meio desse Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "Avaliação da Educação Superior: uma análise do Curso de Pedagogia da UFFS – *Campus* Erechim/RS", busca-se investigar os impactos da avaliação externa da Educação Superior na estrutura e na organização do Curso de Pedagogia da UFFS, *Campus* Erechim/RS.

Pressupõe-se que os mecanismos de avaliação institucional definem regras e traçam resultados esperados, limitando a autonomia das Universidades. Em vista disso, esse trabalho tem os objetivos de investigar os impactos das Políticas de Avaliação Externa na estrutura e na organização do Curso de Pedagogia da UFFS, *Campus* Erechim/RS; caracterizar a avaliação externa e as interferências das políticas educacionais; analisar impactos na educação provenientes da Internacionalização das políticas educacionais; investigar o Estado de Conhecimento sobre avaliação externa das Universidades Públicas; verificar as publicações bibliográficas sobre Avaliação da Educação Superior; analisar documentos do Curso de Pedagogia da UFFS relativos à avaliação externa instituída pelo governo federal, bem como os elaborados pela própria instituição.

A metodologia utilizada para concretizar a elaboração desse trabalho consistiu em análises bibliográficas e documentais, publicadas em livros, artigos da internet, teses, documentos governamentais e instrumentos de autoavaliação utilizados no Curso de Pedagogia da UFFS, *Campus* Erechim/RS, a fim de fundamentar a presente pesquisa.

Este trabalho está organizado em seis capítulos, sendo que, inicialmente, no capítulo intitulado *Universidade: mobilizando conceitos,* é feita uma breve análise dos conceitos de universidade, as quais se caracterizam pela universalidade e pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Como geradoras de conhecimento científico, as universidades

possuem uma responsabilidade social, contudo, sofrem interferências dos organismos externos, que, por vezes, controlam e determinam os rumos das instituições. Além disso, as universidades nem sempre cumprem com sua responsabilidade social ao elitizar o acesso aos cursos de graduação. Nessa perspectiva, também é feita uma abordagem sobre as universidades populares e a ampliação por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI[3], a partir do qual surgiu a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

A seguir, no capítulo 3, *Avaliação das Universidades Públicas*, é feita uma explanação sobre os mecanismos de avaliação a que estão submetidas as universidades a fim de dispor de um ensino de qualidade. Faz-se referência aos indicadores[4] de qualidade[5], à autoavaliação institucional, aos órgãos de controle externos, à internacionalização da educação e aos sistemas de avaliação externos. Além disso, é feita uma análise das publicações recentes sobre a avaliação institucional nas universidades a fim de verificar o Estado de Conhecimento sobre os impactos da avaliação externa na estrutura e na organização da Educação Superior.

O quarto capítulo faz referência à metodologia utilizada para a sistematização desse trabalho e, no quinto capítulo, denominado *Avaliação Externa no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS,* é feita uma breve contextualização sobre o surgimento da UFFS e do Curso de Pedagogia, além de uma análise dos impactos gerados pela avaliação externa no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – *Campus* Erechim/RS. Para coleta de dados e sistematização dos resultados, foi feita uma análise dos instrumentos de avaliação externa e interna da UFFS: documentos sobre a

---

[3] Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, "com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais" (BRASIL, 2007, p. 8).

[4] "Indicadores representam algum aspecto ou característica da realidade que se pretende avaliar. Expressam algum aspecto da realidade a ser observada, medida, qualificada e analisada" (BRASIL, 2006, p. 38).

[5] "De acordo com a **Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007**, art. 33-B, os indicadores de qualidade são obtidos com base no Enade e em demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela Conaes e atendidos os parâmetros da **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Os resultados se dividem em três frentes: 1 - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela **Portaria nº 4, de 5 de agosto de 2008**; 2 - de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela **Portaria nº 12, de 5 de setembro de 2008**; 3 - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do Enade. Os indicadores de qualidade são expressos em escala contínua e em cinco níveis, nos quais os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória. Eles servem como orientadores das avaliações in loco do ciclo avaliativo, sendo importantes instrumentos de avaliação da educação superior brasileira". Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-de-qualidade>. Acesso em: 23 out. 2017.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO[6]), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS (PDI[7]), os questionários da Comissão Própria de Avaliação da UFFS (CPA[8]), o Relatório de Autoavaliação Institucional elaborado pela CPA e, por fim, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFFS (PPC[9]). Com isso, foi possível identificar os aspectos condizentes com a pesquisa, selecioná-los e, posteriormente, agrupá-los de acordo com o que havia em comum entre eles, de forma a sintetizar as informações documentais. Por fim, as considerações finais trazem ponderações sobre o que se constatou a partir da análise documental da autoavaliação institucional do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – *Campus* Erechim/RS.

[6] "A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. É a agência das Nações Unidas que atua nas seguintes áreas de mandato: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação [...]. No setor de Educação, a principal diretriz da UNESCO é auxiliar os países membros a atingir as metas de Educação para Todos, promovendo o acesso e a qualidade da educação em todos os níveis e modalidades, incluindo a educação de jovens e adultos. Para isso, a Organização desenvolve ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades nacionais, além de prover acompanhamento técnico e apoio à implementação de políticas nacionais de educação, tendo sempre como foco a relevância da educação como valor estratégico para o desenvolvimento social e econômico dos países". Disponível em: < https://nacoesunidas.org/agencia/unesco>. Acesso em: 27 out. 2017.

[7] "O PDI identifica a instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e que pretende desenvolver" (UFFS, 2012, p. 11).

[8] "A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi constituída pela portaria 694/GR/UFFS/2011. Desde então, com auxílio da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e Secretaria Especial de Tecnologia da Informação (SETI), organiza, aplica e apresenta anualmente o Relatório de Avaliação Institucional, o qual é enviado posteriormente ao MEC para fins de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES)". Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/comissao-propria-de-avaliacao-apresenta-relatorio-de-autoavaliacao-institucional-ano-base-2016>. Acesso em: 20 ago. 2017.

[9] "Fundamenta-se nos parâmetros legais que orientam a formação de professores no Brasil" (UFFS, 2010, p. 4).

2 UNIVERSIDADE: MOBILIZANDO CONCEITOS

Universidade é sinônimo de movimento. O termo universidade deriva-se do latim “universitas”, que significa “universalidade, comunidade”. Contudo, o conceito atual dessa expressão está relacionado com “universitas magistrorum et scholarium”, em que uma comunidade de mestres e estudiosos busca o aprimoramento do conhecimento e transmite a outros estudiosos que procuram uma qualificação intelectual e profissional (CÉSAR, 2013). De acordo com o Ministério da Educação (MEC), “as universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano [...]” (BRASIL, 2006). Com Santos (2010, p. 65), “[...] só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes, há ensino superior, não universidade”. Ou seja, o conceito de universidade está pautado em três frentes que se complementam. Esses requisitos também estão presentes no texto constitucional, no artigo 207, em que consta que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, as universidades são geradoras de saberes científicos e têm a atribuição de levar à sociedade o resultado dessas pesquisas, pois “cabe à universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade” (SAVIANI, 1987, p. 48). Ou seja, o conhecimento não é estático nem limitado; está sempre em movimento, impulsionado por novas pesquisas e novas descobertas. Além disso, cada pesquisador contribui com os resultados de suas pesquisas, a partir de sua bagagem de conhecimento. E, nessa perspectiva, a universidade precisa estar constantemente aberta para novas descobertas. Contudo,

> a universidade brasileira, paradoxalmente, partiu de uma concepção plural de conhecimento, mas colocou como ponto de partida uma concepção fixa, estável e supostamente coerente de cultura. Em outros termos, pretendeu-se pluralista e heterogênea, desde seus princípios, mas reafirmou uma política cultural consideravelmente imbuída de homogeneização cultural (SILVA, 2011, p. 174).

É preciso levar em conta que “a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como

um todo" (CHAUÍ, 2003, p. 5). Contudo, esse papel social parece estar fragilizado, pois uma das metas de desempenho das Universidades é gerar muitas pesquisas científicas e, ao qualificá-las como "[...] a única forma de conhecimento válido, contribuiu ativamente para a desqualificação e mesmo destruição de muito conhecimento não científico e que, com isso, contribuiu para a marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento" (SANTOS, 2010, p. 76). Na visão de Benincá (2011, p. 38),

> isso implica não apenas levar o saber da universidade aos sujeitos sociais, mas também valorizar os seus conhecimentos e articular-se com eles para produzir um conhecimento contra-hegemônico. Além disso, possibilitar que os próprios sujeitos, sobretudo os que sempre estiveram excluídos desse direito ou inviabilizados pela ótica produtivista hegemônica, adentrem à universidade.

Santos (2010, p. 89) contribui com essa afirmação ao acrescentar que "[...] a universidade deve ser incentivada a assumir formas mais densas de responsabilidade social [...]. A responsabilidade social da universidade tem de ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais que não têm poder para as impor". Portanto, os interesses sociais precisam ser contemplados, uma vez que as IES atuam diretamente na comunidade e impulsionam muitas demandas sociais.

Sendo uma instituição social, a universidade "[...] realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada" (CHAUÍ, 2001, p. 35). Não haveria outras razões para existir que não fossem para servir aos propósitos comuns. Contudo, a maior razão de ser deveria partir de dentro para fora, num processo de expansão e de extensão, e não, predominantemente, de fora para dentro como pretendem determinar os órgãos de controle. Se nesse processo há a interferência dos atores das redes sociais, dos partidos políticos, do governo, dos processos legislativos, além dos agentes internacionais, dentre eles o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), é de se deduzir que os fatores externos são muito determinantes nas políticas educacionais das IES.

> Muitas dessas agências e atores estão envolvidos nesses processos de movimentar as políticas sociais, educacionais, econômicas, ambientais no globo, intervindo no sentido de levá-las a circular internacionalmente e serem efetivadas localmente. Para exercer controle sobre os países em desenvolvimento, são instituídos índices de regulação internacional de indicadores de qualidade, o que promove uma ação direta dos países fortes nas políticas de desenvolvimento econômico e social de países emergentes (BITTENCOURT; MOROSINI, 2015, p. 564).

De acordo com Bertolin (2011), estabelecer grupos de indicadores com o propósito de avaliar as repercussões da Educação Superior no progresso social e no desenvolvimento econômico de uma nação não é um trabalho fácil, tendo em vista que os indicadores precisam referir-se à relação do sistema de educação com as diferentes abrangências sociais e do Estado, dentre elas, o conhecimento e o desenvolvimento econômico. Esses indicadores devem levar em conta as diversas questões correlacionadas no sistema de educação, pois "mudanças no valor de um indicador podem gerar efeitos sobre outros indicadores. Por exemplo, alterações nos níveis de financiamento, muito provavelmente produzem alterações nos resultados da equidade e no acesso ao sistema" (BERTOLIN, 2011, p. 519). Frente a essa amplitude, em que pese os indicadores de resultados objetivarem o que se deseja alcançar e dizerem respeito à efetividade do procedimento, os indicadores de entrada, de processo e de saída[10] também se fazem necessários. Desse modo, "[...] a adoção de uma estrutura semelhante aos indicadores da OCDE (2006a) e UNESCO (2003), que considere todas as dimensões do sistema, é uma abordagem mais adequada para se compreender amplamente o desempenho da educação superior" (BERTOLIN, 2011, p. 519).

O Brasil instituiu procedimentos para avaliar as instituições e os cursos. Contudo, não implementou um

> [...] sistema de indicadores para avaliar de forma global os impactos e resultados do sistema de educação superior para a economia e a sociedade. Portanto, considerando-se a importância cada vez maior da educação superior para o desenvolvimento dos países, faz-se necessário o estabelecimento de indicadores para avaliar e acompanhar o desempenho do sistema de educação superior como suporte ao desenvolvimento social e o crescimento econômico (BERTOLIN, 2011, p. 513).

Dessa forma, Bertolin (2011) apresenta uma estrutura fundamental de indicadores que possibilita avaliar as contribuições do sistema brasileiro de Educação Superior com foco "[...] na formação de capital humano, na equidade e inclusão social e no desenvolvimento científico, tecnológico e inovação, como ferramenta para subsidiar a avaliação da efetiva contribuição da educação superior para o desenvolvimento social e crescimento econômico do Brasil" (BERTOLIN, 2011, p. 520). Essa estrutura contempla: i) indicadores de entrada:

[10] "Os indicadores de entradas referem-se aos recursos materiais, financeiros e humanos empregados. Os indicadores de processo quantificam o desempenho de atividades relacionadas à forma de desenvolvimento de serviços ou realização de atividades. Os indicadores de saídas demonstram quantitativamente os bens e serviços produzidos por um programa ou sistema, que são resultados da combinação de um conjunto de entradas mediante determinado processo. E os indicadores de resultados estão relacionados aos objetivos que se visa alcançar e se relacionam à efetividade do programa ou sistema" (BRASIL, 2007 apud BERTOLIN, 2011, p. 515-516).

financiamento e gastos com Educação Superior e perfil dos docentes da Educação Superior; ii) indicadores de processo: contexto pedagógico e organizacional do sistema e propósitos intermediários da Educação Superior; iii) indicadores de resultados: propósitos últimos da Educação Superior – impacto no crescimento econômico e desenvolvimento social do país. Tais indicadores baseiam-se em indicativos da UNESCO e da OCDE.

Portanto, em relação aos investimentos na educação, os países desenvolvidos são os maiores beneficiados. Nessa lógica de avaliação internacional em que a economia dita os rumos da educação, países emergentes, como o Brasil, precisam se igualar a índices de países desenvolvidos, e não possuem as mesmas condições para competir. Entretanto, universidade e educação não devem ser reféns dos jogos políticos, uma vez que a universidade pública está pautada pelo compromisso universal de produzir conhecimento científico a partir das pesquisas acadêmicas e compartilhar com a sociedade, pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A fim de compreender melhor esse tema, o próximo tópico fará uma retomada histórica do surgimento das Universidades Públicas Federais e o papel que desempenham perante a sociedade.

2.1 UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS

As universidades públicas são Instituições de Educação Superior (IES) mantidas ou geridas pelo poder público. No Brasil, a maior parte das universidades públicas são federais e, conforme legislação, possuem autonomia de gerenciamento. “As universidades mantidas pelo poder público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo poder público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal” (BRASIL, 1996, p. 24).

Em uma breve retomada histórica, pode-se concluir que as universidades públicas surgiram a partir de muitas lutas dos movimentos sociais pelo direito à educação para todos. No final do século XIX, os movimentos sociais começam a organizar-se a fim de conquistar uma educação popular que se estenda à graduação.

De acordo com Chauí (2003, p. 5),

> a partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, no correr do século XX a instituição

> universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como uma idéia reguladora.

Para Martins (2002, p. 1), "a idéia de universidade mobilizou gerações de propositores e críticos desta forma de ensino. O projeto elaborado pela elite intelectual laica defendia a universidade pública em oposição ao modelo de instituições isoladas e propunha a institucionalização da pesquisa em seu interior". Na visão de Chauí (2003, p. 5), a universidade pública possui um caráter social desde a sua constituição e percebe-se, no interior das universidades,

> [...] a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.

Enfim, o que diferencia uma universidade pública de uma universidade privada é o fato de que a universidade pública deve primar pela educação para todos, sem discriminação de qualquer espécie. Portanto, o princípio da gratuidade é fundamental para que esse requisito seja cumprido. Porém, o ideal de uma formação pública de nível superior ainda está longe de ser alcançado. "Em outras palavras, sobretudo depois da Revolução Francesa, a universidade concebe-se a si mesma como uma instituição republicana e, portanto, pública e laica. [...] Por outro lado, a contradição entre o ideal democrático de igualdade e a realidade social da divisão e luta de classes obrigou a universidade a tomar posição diante do ideal socialista" (CHAUÍ, 2003, p. 5). Nessa análise, Chauí (2003, p. 6) complementa que

> [...] a relação entre universidade e Estado também não pode ser tomada como relação de exterioridade, pois o caráter republicano e democrático da universidade é determinado pela presença ou ausência da prática republicana e democrática no Estado. Em outras palavras, a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático.

Em seu papel social, as Universidades Públicas Federais foram constituídas para atender às necessidades de formação de profissionais qualificados, nas diferentes áreas de atuação. Os investimentos na área de educação são os que geram os maiores retornos para a nação, uma vez que muitas empresas selecionam os candidatos de acordo com o grau de escolarização, pois se entende que a qualificação adquirida na universidade contribuirá para o

bom desempenho das funções. Assim, educação está relacionada com o movimento da economia. Porém, o que se constata atualmente no cenário político brasileiro, com os constantes cortes de verbas, é uma tendência ao engessamento da economia nacional. Portanto,

> se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço (CHAUÍ, 2003, p. 11).

Além disso, a expansão da Educação Superior é uma necessidade premente na sociedade atual em virtude do aumento populacional e das demandas do mercado de trabalho que exigem, cada vez mais, mão de obra especializada para atender as necessidades da população. Sob essa ótica, as políticas educacionais precisam ser repensadas, deixando de vislumbrar um produto final e investindo na formação adequada de cidadãos críticos habilitados para atuar nas diferentes áreas de conhecimento, uma vez que a universidade tem a missão de articular o saber científico junto à comunidade num processo contínuo de aperfeiçoamento técnico. Portanto, "a universidade precisa estreitar sua relação com a sociedade, especialmente com os movimentos sociais que lutam contra toda e qualquer exclusão ou discriminação social, inserindo-se e promovendo a integração entre os saberes científicos e os saberes populares" (ZANELLA, 2011, p. 121).

Nesse sentido, a universidade pública precisa passar por mudanças para atingir os objetivos inerentes à sua existência. De acordo com Chauí (2003, p. 12), na

> [...] perspectiva da formação e da democratização, creio que podemos assinalar alguns pontos que são a condição e a forma dessa mudança: 1. Colocar-se claramente contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização: tomar a educação superior como um direito do cidadão (na qualidade de direito, ela deve ser universal); defesa da universidade pública tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada.

Ainda, na visão de Chauí (2003, p. 13), as universidades públicas são complacentes com o alto índice de "[...] exclusão social e cultural dos filhos das classes populares que não têm condições de passar da escola pública de ensino médio para a universidade pública". A partir dessa análise, a autora defende uma reforma do ensino das escolas públicas, incluindo o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, como forma de assegurar a qualidade e a

democratização das universidades públicas. Dessa forma, "[...] a universidade pública deixará de ser um bolsão de exclusões sociais e culturais quando o acesso a ela estiver assegurado pela qualidade e pelo nível dos outros graus do ensino público" (CHAUÍ, 2003, p. 13).

Enquanto essa reforma não acontece, resta questionar: qual o público de estudantes que tem acesso às Universidade Públicas Federais? A próxima seção buscará subsídio na literatura e nas publicações para responder a essa questão.

2.1.1 Universidade elitista

As primeiras escolas de nível superior surgiram, no Brasil, no período colonial e eram destinadas aos poucos integrantes da alta sociedade. De acordo com Pereira (2014, p. 75), "é a partir dos jesuítas que podemos falar do início do ensino superior no território brasileiro, ainda que não seja possível classificar como universidade essas primeiras escolas que formavam membros da elite colonial".

Para Cunha (2010, p. 152 apud PEREIRA, 2014, p. 75),

> o primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo geral, em 1550 [...] Em 1553, começaram a funcionar os cursos de Artes e de Teologia". Contudo, a estrutura do ensino superior no Brasil é muito tímida durante o período colonial, em muito devido ao legado da colonização lusa que não investiu nesse segmento em sua colônia, diferente do observado na colonização espanhola, que já no século XVI instalava universidades em suas colônias na América.

De acordo com Benincá (2011, p. 32), as Universidades são as antigas escolas "dos gregos, romanos, estoicos e outros". Iniciaram na Baixa Idade Média nos Países da Europa "[...] em um contexto de forte crise do modo de produção feudal e de muitos conflitos e contradições sociais de toda ordem [...] com o objetivo de atender aos interesses dos burgueses diante das atividades comerciais que começavam a se desenvolver" (2011, p. 32).

Ao que tudo indica, esse modelo elitista prevalece até os dias atuais, sobrepondo-se aos interesses da sociedade, pois, embora a educação pública e popular tenha sido objeto de lutas sociais, vários autores argumentam que as universidades, em geral, continuam voltadas "[...] para uma pequena parcela da sociedade brasileira, ou seja, para os setores produtivos e as elites econômicas" (ZANELLA, 2011, p. 120). De acordo com dados do Censo da Educação Superior 2016, divulgados pelo INEP (BRASIL, 2017, s.p.), "em 2016, quase 3 milhões de alunos ingressaram em cursos de educação superior de graduação. Desse total, 82,3% em instituições privadas". Nas palavras de Akkari (2011, p. 67), "o Ensino Superior

público acolhe, geralmente, alunos oriundos das classes privilegiadas, que passaram pelo Ensino Fundamental e Médio privado". Pereira (2015, p. 96) afirma que "[...] a universidade, no Brasil, como de resto em toda a América Latina, sempre foi um espaço destinado às elites, embasado em critérios meritocráticos e individualistas que desconsideram a estratificação social e as antagônicas condições econômicas, culturais e políticas".

A seleção inicia já no ingresso às Universidades Públicas, pois os processos seletivos, em geral, exigem um árduo preparo prévio, inacessível para aqueles que precisam trabalhar o dia todo para sustentarem suas famílias. E, assim, "os filhos das classes desfavorecidas, que normalmente frequentam o Ensino Fundamental e Médio público, não estão, na maioria dos casos, preparados para passar nos processos seletivos das universidades públicas" (AKKARI, 2011, p. 67). Dessa forma, muitos dos estudantes das classes baixas concluem o Ensino Médio para assegurarem uma colocação no mercado de trabalho; contudo,

> a maioria deles é forçada ou a desistir da formação universitária ou fazê-la em universidades particulares que, para lucrar com sua vinda, oferecem um ensino de baixíssima qualidade. Em contrapartida, os filhos da alta classe média e da burguesia, formados nas boas escolas particulares, tornaram-se a principal clientela da universidade pública gratuita (CHAUÍ, 2001, p. 37).

E, nessa lógica da educação escolar, em que imperam as fronteiras do poder aquisitivo, "[...] quem perde são as famílias pobres, de classe menos favorecida, que se esforçam para dar conta das exigências financeiras do mercado da Educação" (AKKARI, 2011, p. 83). Resta aos governantes instituírem políticas de inclusão para todas as classes sociais para que exista uma homogeneidade na formação cidadã. Contudo, "quanto ao poder público, este parece sobrecarregado e incapaz de desempenhar seu papel de regulador, apesar de alguns esforços no sentido de reduzir as desigualdades educacionais por meio de vários programas (ProUni, Reuni, quotas)" (AKKARI, 2011, p. 83).

> Finalmente, é importante ressaltar que os projetos do Ministério da Educação para garantir novas modalidades de acesso ao ensino universitário (reforma do vestibular) podem permitir que mais alunos provenientes de grupos desfavorecidos entrem em universidades públicas, contribuindo assim para diminuir a indefinição das fronteiras e a crescente promiscuidade entre público e privado no Brasil (AKKARI, 2011, p. 82).

Entre o modelo ideal de educação gratuita para todos, as barreiras políticas e as necessidades da sociedade ficam lacunas que merecem atenção para que a Educação Superior esteja acessível a todas as classes sociais e deixe de ser privilégio de poucos. No entanto, não

basta “facilitar o acesso”; é necessário garantir a permanência dos estudantes pertencentes às classes populares. De acordo com Pereira (2014, p. 239),

> a gratuidade da universidade pública é algo fundamental para a presença das classes populares. Não é, por si só, garantia de acesso e muito menos de permanência desse segmento. Contudo, é fundamental para os orçamentos familiares não serem onerados por mensalidades que se juntam à manutenção do curso: transporte, alimentação, moradia, compra de livros, fotocópias etc.

Buscando preencher essas lacunas, o Brasil instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, objetivando ampliar o acesso e a permanência das classes populares nas universidades públicas federais, objeto de estudos do próximo tópico.

2.1.2 Universidade popular

A fim de compreender o que define uma universidade popular, torna-se necessário analisar o papel social desempenhado pela universidade popular. Alguns defendem que a universidade popular “[...] seria uma contradição de termos, pois [...] a instituição universidade é construída historicamente para a elite, ou seja, para poucos. Para outros, a universidade popular é uma bandeira de luta e de disputa desse espaço social, sendo uma utopia a ser perseguida” (PEREIRA, 2014, p. 94). Pereira (2014, p. 106, grifo do autor) associa “[...] o debate sobre universidade popular *à presença das classes populares na universidade*”. Segundo o autor, essa definição não esgota por completo o significado do termo “popular”.

A luta por universidades populares tem ocorrido com a organização de diversos segmentos sociais em defesa da justiça social, igualdade e cidadania, direito à educação pública gratuita. Porém, presume-se que a presença das classes populares na universidade é “[...] muito mais a exceção do que a regra no ambiente universitário público” (PEREIRA, 2014, p. 33). Nesse sentido, falta ainda a democratização do ensino público. Pereira (2014, p. 33) atribui a democratização a “[...] uma maior inclusão de segmentos sociais historicamente excluídos da continuidade dos estudos, ainda que somente isso não seja suficiente. Por mais que estejamos vivendo um processo de expansão das vagas públicas no ensino superior brasileiro, poucos negros, índios, camponeses e pobres estão na universidade”.

Portanto, ainda resta muito a ser feito: de dentro para fora num processo de conscientização do papel social das universidades e de fora para dentro por meio das

conquistas populares. Ou seja, “a universidade popular será uma instituição sempre em movimento, em disputa política e ideológica. Está na fronteira de projetos, tendo de decidir o tempo todo entre orientações mais conservadoras e perspectivas mais inovadoras” (BENINCÁ; SANTOS, 2013, p. 76). Dessa forma, a universidade popular precisa reinventar-se buscando “[...] formatos institucionais e práticas político-sociais que a convertam em espaço de produção de saber, de dignidade humana e de transformação na direção da justiça social” (BENINCÁ; SANTOS, 2013, p. 76).

A justiça social deveria prevalecer, uma vez que o texto constitucional defende a educação como um direito de todos e dever do Estado, pois, atualmente, a maior parte dos estudantes da Educação Básica provém de classes sociais menos favorecidas, que não possuem condições de frequentar instituições privadas. O Estado, na tentativa de cumprir com seu dever, implementou políticas públicas de incentivo à continuidade dos estudos após a conclusão da Educação Básica. Assim, em 2007, editou o Decreto nº 6.096, o qual instituiu o

> [...] Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais [...]. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. (BRASIL, 2007).

O REUNI possibilitou a ampliação do número de universidades no Brasil e, com isso, reacendeu a esperança em muitos estudantes de poder frequentar uma instituição gratuita de nível superior. “A construção de uma nova universidade é uma tarefa que nos toma por inteiro. É algo que alimenta projetos e que vai sendo produzida em meio às contradições do atual processo de expansão das universidades federais, via REUNI” (PEREIRA, 2014, p. 29).

Porém, por proporcionar o acesso gratuito, o programa pautou-se em condições contraditórias, ao estipular metas para a liberação de recursos e, assim,

> [...] parte de um diagnóstico do descompasso da oferta e da procura do ensino superior brasileiro, que o sistema é majoritariamente privado, que é preciso investir em cursos noturnos e aprofundar processos de interiorização de instituições públicas federais. De certa forma, essa é a agenda de movimentos reivindicatórios da democratização da universidade pública em nosso país. Contudo, para atingir esses objetivos, fixa metas pautadas em indicadores quantitativos (como o número de matrículas e a relação professor/aluno) e condiciona a liberação de recursos financeiros a elas (PEREIRA, 2014, p. 92).

A aplicação de recursos nas instituições está aquém das exigências de expansão e manutenção da qualidade. “O programa REUNI, que praticamente obrigou as Ifes a substantivos aumentos adicionais, com apenas 20% de recursos a mais, muito contribuiu, em tempos mais recentes, para o ainda maior descompasso entre a expansão das matrículas e a do financiamento hoje vivenciado” (SILVA JÚNIOR, SGUISSARDI, SILVA, 2010, p. 125).

Nesse cenário, fica perceptível o distanciamento entre a utopia das políticas governamentais e a realidade das universidades públicas federais. Por um lado, o MEC cobra o resultado das universidades na formação quantitativa de estudantes e, por outro lado, executa constantes cortes de gastos, limitando a expansão das unidades e a autonomia no gerenciamento dos recursos. Além disso, as universidades precisam produzir estudos científicos, independentemente das verbas disponíveis para tal, uma vez que passam por constantes avaliações, as quais podem resultar em maiores cortes orçamentários, se não estiverem de acordo com o esperado pelas organizações nacionais e internacionais. Apesar das controvérsias, o programa REUNI possibilitou o aumento do número de vagas de graduação presencial, passando de 113.263 para 245.983, entre os anos de 2002 e 2014. Nesse mesmo período, o registro das universidades federais passou de 45 para 63 e de 148 campi para 321[11], obtendo êxitos em algumas regiões brasileiras que estavam carentes de Universidades Públicas Federais, como é o caso da região Sul do Brasil, com a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS[12].

Cabe destacar que, para garantir os padrões de qualidade estabelecidos internacionalmente, todas as Instituições de Educação Superior (IES) estão submetidas a avaliações periódicas de desempenho. Sendo assim, no próximo capítulo, é feita uma breve análise dos mecanismos avaliativos das Universidades Públicas e do Estado de Conhecimento das publicações dos últimos dez anos a fim de conhecer os impactos gerados pelas avaliações externas.

[11] Dados disponíveis em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/04/90-das-obras-de-expansao-das-universidades-foram-concluidas-diz-cgu>. Acesso em: 02 jan. 2018.
[12] Contextualização que será desenvolvida no Capítulo 5 deste trabalho.

3 AVALIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Para garantir a "qualidade" da educação, todas as universidades passam por um processo de avaliações periódicas de desempenho. A Avaliação da Educação Superior vem sendo objeto de estudos e discussões por parte dos governantes no Brasil. Defende-se, pois, que a Educação Superior promova melhorias contínuas no que se refere à qualidade. Assim sendo, "a utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade traduzida em compromissos científicos e sociais, assegura a qualidade e a importância dos seus produtos e a sua legitimação junto à sociedade" (BRASIL, 1994, p. 13).

O processo avaliativo busca mensurar as principais características do desempenho das Instituições de Educação Superior (IES), por meio de indicadores globais de avaliação. Porém, esses resultados estão diretamente relacionados às condições da instituição no que se refere aos índices de produção quanto ao ensino, à pesquisa e à extensão. Dentre os indicadores, "alguns expressam apenas ordens de grandeza, como tamanho do alunado ou da área construída, outros expressam aspectos qualitativos, como a qualificação docente, e outros ainda apontam opções institucionais, como critérios de matrícula e de transferência" (BRASIL, 1994, p. 15).

Os indicadores dos cursos de graduação[13] procuram dimensionar as especificidades necessárias para essa etapa de ensino e referem-se a dois contextos: "avaliação interna e avaliação externa", assim definidos:

> [...] a avaliação interna consiste em um momento de reflexão de cada instituição sobre suas diversas dimensões, em um processo de auto-avaliação. A perspectiva é que, considerando um conjunto de indicadores e inferências, a universidade possa analisar os vários dados de forma a qualificá-los, gerando relatórios que reflitam a percepção de si mesma. Nesta etapa a participação de professores e alunos é fundamental" (BRASIL, 1994, p. 18).
> [...] no âmbito institucional, a avaliação externa introduz um componente novo e desafiador que se articula com os demais aspectos da avaliação. Requer, tanto dos avaliadores externos quanto da comunidade acadêmica capacidade de discriminação, disponibilidade para o diálogo e sentido de participação (BRASIL, 1994, p. 19).

[13] "Os indicadores também podem motivar ações de supervisão pelo MEC. O desempenho insatisfatório de um curso ou instituição nas avaliações, por exemplo, pode levar o ministério a determinar desde medidas de enfoque corretivo dos problemas até abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades. Assim, a atuação do poder público não se dá apenas no controle prévio, durante o processo de credenciamento de uma instituição ou de autorização de um curso. Dá-se igualmente no controle e fiscalização posteriores e permanentes do ensino oferecido, como forma de garantir a melhoria da qualidade". Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4316-livretoqualidadeducacao&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 06 out. 2017.

Porém, torna-se necessário destacar que essas avaliações externas são genéricas, não se importando com as especificidades locais. O Brasil é um país amplo, multicultural e prever mecanismos globais de incentivo é beneficiar apenas uma parte das Universidades Públicas em detrimento de outras. Além disso, submeter a Educação Superior do Brasil a políticas Internacionais de Educação é comparar nossa educação aos parâmetros educacionais dos países desenvolvidos, sem levar em conta a desigualdade dos investimentos públicos. Nesse sentido, a avaliação da Educação Superior está baseada em princípios amplos e complexos de acordo com as políticas educacionais que articulam os interesses do Estado e da sociedade civil para definir qual o papel das universidades e o que se espera que elas produzam. E, "assim, é estabelecida uma conexão entre os interesses do Estado e as necessidades de parte da sociedade, o que, veremos, dá condições de possibilidade ao surgimento de uma política intersetorial de desenvolvimento social" (BITTENCOURT; MOROSINI, 2015, p. 563).

De acordo com Ball e Mainardes (2011, p. 13),

> as políticas, particularmente as políticas educacionais, em geral são pensadas e escritas para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequadas (seja qual for o nível de ensino), sem levar em conta variações enormes de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidade locais.

De acordo com Jezine e Serrano (2012), entre os interesses e propostas sobre a avaliação da Educação Superior, pode-se destacar as políticas, as concepções, os objetivos e os indicadores de qualidade que reportam a ações sociais voltadas à regulação e/ou emancipação definidas em lei e nos processos de avaliação das universidades brasileiras. Porém, é preciso identificar os indicadores das políticas avaliativas da Educação Superior no Brasil e averiguar os seus pressupostos teóricos e políticos. Cabe mencionar que

> na reconstrução das principais reformas ocorridas na educação superior nas últimas décadas, é possível reconhecer a presença de forças exteriores internacionais, como o Banco Mundial, que orientam a formulação de políticas para a educação, e, em posição contra-hegemônica, forças constituídas por movimentos, organizações, sindicatos e outros que buscam resistir à natureza da avaliação que não procede da participação. Nessa dialética situam-se as políticas de avaliação que fomentam um novo modelo de ensino superior, universidade e produção do conhecimento, do qual se pretende reconhecer as principais reformas no campo da avaliação da educação superior e seus indicadores de regulação e/ou de emancipação (JEZINE; SERRANO, 2012, p. 160).

Percebe-se, portanto, que as políticas educacionais brasileiras estão sujeitas a adequações, quer sejam pressionadas por fatores externos, quer sejam influenciadas pelas iniciativas do mercado interno. "As políticas buscam incidir no cotidiano das práticas de

forma a serem naturalizadas e internalizadas como necessárias, como a melhor possibilidade, como ideário a ser buscado" (LEITE; GENRO, 2012, p. 778). O discurso "[...] tem uma palavra central – qualidade da universidade. Dentro deste vocábulo está inserida a avaliação, a acreditação[14], o *ranking*, o indicador de qualidade, a internacionalização das instituições, enfim seu desempenho no mundo global frente a suas congêneres locais e internacionais" (LEITE; GENRO, 2012, p. 778-779).

> Os valores pelos quais esta lógica passa a operar são sutilmente transplantados do mundo dos negócios para o mundo acadêmico. Eles incluem o risco, a competição, a parcimônia, a lucratividade, o valor do dinheiro, o empreendedorismo, dentre outros, em um circuito descolado das demais relações que compõem o ser humano para além do negócio. O reflexo desses valores na Educação Superior se faz sentir em todas as esferas de ação educativa das instituições. Curiosamente, estes valores estão sendo tecidos pela Europa do Conhecimento (LEITE; GENRO, 2012, p. 779).

E, na tentativa de mediar esse jogo de interesses, nem sempre são consideradas as necessidades reais das comunidades escolares. De acordo com Leite e Genro (2012, p. 779), é oportuno considerar que, no interior das instituições, a "[...] lógica externa, do mundo dos negócios, incide na formação dos sujeitos de tal modo que a formação social e política repartida pela Educação Superior tradicional vai sendo minada e fragilizada. Nessa perspectiva, "[...] o docente e o pesquisador, o estudante e o técnico são instados a adotar os parâmetros da produtividade e da competição para se legitimarem como sujeitos eficazes e eficientes" (LEITE; GENRO, 2012, p. 779). Na visão das autoras, "esta seria a face mais danosa da lógica da mercadorização de origem neoliberal, a face disciplinar, que incide sobre o pensar do sujeito, do ser social e político, no interior das instituições. A face em que os preceitos econômicos de mercado são preponderantes sobre os demais" (LEITE; GENRO, 2012, p. 779).

A falta de autonomia das universidades públicas brasileiras é reflexo das políticas externas a que o Brasil está submetido. E, nessa perspectiva, resta refletir qual a margem de liberdade nas pesquisas e qual o direcionamento imposto pelos organismos internacionais, objeto de análise na próxima seção.

---

[14] "Para a CHEA (Council for Higher Education Accreditation), conselho de agências acreditadoras norte-americanas, a Acreditação envolve um processo externo de revisão da qualidade empregado para examinar em profundidade os colleges, as universidades e os programas de educação superior visando garantia e desenvolvimento da qualidade, resultando do mesmo, uma accredited institution (USA) ou recognized bodies (UK). Este Conselho aponta diferenças de conceituação na América, UK, Europa Ocidental e África do Sul. Entende a acreditação como um processo que assegura a qualidade da educação enquanto um produto que deve ser mostrado à sociedade, visando obter confiança no seu uso. A instituição que oferece o produto educativo é o que promete ser e uma agência externa, 'independente', o assegura, o certifica, para o público interessado" (CHEA, 2002 apud LEITE, 2004, p. 31).

3.1 A UNIVERSIDADE EM AVALIAÇÃO: INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A avaliação das universidades vem passando por um processo de internacionalização. A internacionalização da educação por meio das políticas educacionais e os processos de avaliação a que estão submetidas as Universidades Públicas Brasileiras têm sido objeto de estudo e de debates nos últimos anos. De acordo com Dias Sobrinho (2011, p. 11, grifo do autor), "a internacionalização da educação superior tem atribuído enorme protagonismo às políticas de acreditação ou garantia de qualidade, aos *rankings* e comparações, tudo para assegurar que a educação superior cumpra adequadamente as exigências [...]" determinadas pelos agentes da economia globalizada.

As políticas educacionais estão direcionadas aos interesses das organizações internacionais por fatores determinantes: "para além de suas significativas contribuições financeiras, em alguns países é, sobretudo sua capacidade de orientar as políticas educacionais que deve ser enfatizada" (AKKARI, 2011, p. 35).

O autor complementa que

> as organizações internacionais, como o Banco Mundial e a Unesco, têm exercido uma influência importante sobre as políticas educacionais no Brasil. O Banco Mundial tem financiado vários projetos para melhorar a qualidade da Educação em vários estados. Estes projetos apresentam frequentemente como palavras-chave: qualidade, descentralização e responsabilidade. A Unesco, de sua parte, desenvolveu projetos muito mais modestos que os do Banco Mundial, com foco nas classes sociais desfavorecidas, ou na proporção da diversidade cultural no sistema educacional (AKKARI, 2011, p. 125).

Então, alguns fatores são conclusivos no produto gerado pelas Instituições de Educação Superior (IES), uma vez que os investimentos dos Organismos Internacionais estão focados num retorno favorável aos seus propósitos, sobrepondo-se aos interesses internos. Nesse contexto, Akkari (2011, p. 13) argumenta que "a influência das discussões em nível internacional no âmbito das políticas nacionais de Educação nos incita a questionar se ainda existiriam políticas nacionais de Educação". Na visão de Dias Sobrinho (2011, p. 11), "[...] é fundamental que a internacionalização se dê através de relações sem hegemonias, sem imposições verticais de critérios e políticas geradas nos centros hegemônicos e que não correspondam às realidades e projetos dos países em desenvolvimento". Nesse ponto de vista, cabe mencionar que "a internacionalização não pode levar a educação superior a só cumprir

as agendas dos países centrais e afastar-se da responsabilidade na construção e realização dos projetos e interesses das sociedades nacionais" (DIAS SOBRINHO, 2011, p. 11).

É oportuno destacar que as políticas educacionais são resultantes de análises e debates dos setores competentes, podendo-se questionar qual a abrangência adequada para que não haja interferência nas políticas internas. "Boas práticas circulam nas mãos de especialistas: é necessário poder difundi-las em países onde o sistema educacional é considerado ineficiente. […] O principal problema desse tipo de técnica se situa no nível de comparabilidade, visto que cada país tem seu próprio sistema" (AKKARI, 2011, p. 28).

E, nessa perspectiva, a busca por atingir metas se sobrepõe aos interesses locais, uma vez que o que está preestabelecido oferece maiores chances de atingir o resultado esperado, ou seja, "a adoção de modelos educacionais internacionais (ocidentais) conduz a semelhanças que transcendem as fronteiras. Assim, o currículo é cada vez mais pensado sob a forma de uma padronização, e formulado em competências disciplinares transversais" (AKKARI, 2011, p. 23). Percebe-se que esse pressuposto não se restringe às políticas internas do Brasil, uma vez que o sistema de internacionalização das políticas educacionais é globalizado. Conforme Akkari (2011, p. 17),

> independente do país considerado, as políticas nacionais de Educação não podem mais ser concebidas e implementadas sem considerar os debates internacionais. No entanto, os Estados-nações não têm o mesmo poder de regulação e de negociação, nem a mesma margem de manobra em face dessa crescente internacionalização.

Cabe citar que as políticas educacionais são criadas para diagnosticar as expectativas da sociedade em relação às instituições de ensino. Ou seja, "[…] Um dos objetivos mais citados na avaliação das políticas educacionais é o de verificar a adequação entre os elementos de uma política educacional e as necessidades socioculturais encontradas". São, portanto, definidas antecipadamente e possuem um relacionamento estrito com o sistema de governo (AKKARI, 2011, p. 12).

> Finalmente, parece impossível pensar na política educacional brasileira sem considerar as tendências e debates internacionais. A importação de inovações pedagógicas provavelmente se desenvolverá no Brasil nos próximos anos. No entanto, não podemos esquecer que o internacional sempre combinará com os processos específicos nacionais que estruturam as políticas educacionais brasileiras (AKKARI, 2011, p. 125).

Depreende-se que os sistemas de políticas educacionais no Brasil estão intrinsicamente ligados aos Organismos Internacionais, os quais investem "numa educação de qualidade", que

define regras e traçam os resultados esperados. E nesse jogo político, os investimentos são a mola propulsora do produto das IES. Paira, assim, uma dúvida quanto à autonomia dessas instituições para realizarem pesquisas independentes e isentas de interesses políticos.

As universidades estão sujeitas, então, às avaliações externas e internas. O mecanismo de avaliação externo utilizado atualmente no Brasil é o SINAES, o qual será discutido no próximo tópico.

3.1.1 Avaliações externas: SINAES

Em 2003, iniciou-se um estudo para elaboração de um novo sistema de avaliação da Educação Superior, sendo criada a Comissão Especial de Avaliação – CEA[15]. Essa comissão discutiu o assunto com a comunidade acadêmica e com a sociedade civil, dando origem ao documento intitulado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior "SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior" (BRASIL, 2004). A fim de sistematizar o processo de avaliação, o SINAES utiliza indicadores de qualidade, "[...] por meio dos três componentes principais: a Avaliação das Instituições (AVALIES), dos Cursos de Graduação (ACG[16]) e do Desempenho dos Estudantes (ENADE)" (OLIVEIRA, 2011, p. 206). Nesse processo, as instituições são avaliadas de modo amplo, abrangendo ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. Os dados coletados visam orientar as Instituições de Educação Superior (IES) e servem de apoio para implementação das políticas públicas. Além disso, as informações esclarecem a sociedade e os futuros estudantes sobre as condições dos cursos e das instituições.

O SINAES foi implementado em 2004, por meio da Lei nº 10.861 e

> [...] tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004).

[15] "A CEA tratou de buscar a articulação de um sistema de avaliação com autonomia, que é própria dos processos educativo-emancipatórios, e as funções de regulação, que são inerentes à supervisão estatal, para o fortalecimento das funções e compromissos educativos" (BRASIL, 2004, p. 81).

[16]" A avaliação dos cursos de graduação (ACG) tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos acadêmicos, principalmente as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica" (BRASIL, 2015, p. 23).

As avaliações servem de parâmetro para diagnosticar a situação atual, corrigir falhas e traçar novas diretrizes para que as instituições mantenham o padrão de qualidade estabelecido e, com isso, cumpram o papel social a que se propõem. Para isso, o SINAES avalia a constituição das instituições, as condições de ensino dos cursos e o desempenho dos estudantes.

No que corresponde à Avaliação das Instituições de Educação Superior – AVALIES[17], o principal objetivo do SINAES é o de "[...] verificar como as IES são constituídas, qual a sua capacidade de atendimento à comunidade acadêmica em todos os seus alcances e, neste item, está incluído um dos pontos mais importantes do sistema avaliativo: o desenvolvimento do processo de auto-avaliação" (POLIDORI; MARINHO-ARAUJO; BARREYRO, 2006, p. 431).

A autoavaliação é a primeira etapa, denominada avaliação interna. Para essa análise, são observadas algumas dimensões de atuação

> [...] tais como: missão e plano de desenvolvimento institucional; políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; responsabilidade social da instituição; comunicação com a sociedade; políticas de pessoal; organização e gestão; infra-estrutura física, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento, avaliação e meta-avaliação; políticas de atendimento aos estudantes e egressos e sustentabilidade financeira (POLIDORI; MARINHO-ARAUJO; BARREYRO (2006, p. 431).

O segundo segmento refere-se à Avaliação dos Cursos de Graduação – ACG e "[...] tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica" (BRASIL, 2004). Para tanto, são utilizados "[...] procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento" (BRASIL, 2004).

A terceira parte de avaliação do SINAES compreende a avaliação dos acadêmicos, tendo como instrumento avaliativo o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE[18], a fim de averiguar a apreensão dos conhecimentos acadêmicos aliados à prática, ou seja, no processo de ensino e de aprendizagem a que se propõe o curso, tendo em vista a formação profissional dos estudantes. O Exame é aplicado em alguns grupos de alunos que estão no final do primeiro ano e do último ano de graduação.

[17] Esse instrumento de avaliação é o objeto de estudos desse TCC.
[18] Esse tema não faz parte do objeto de estudo desse TCC, portanto, não será analisado nesse trabalho.

> No ENADE, a avaliação do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, saberes e competências, ao longo da trajetória vivenciada em cada curso, subsidia-se nas Diretrizes Curriculares, nas oportunidades de articulação teoria e prática, e no modo como as competências foram-se construindo, em função das relações partilhadas e dos contextos vivenciados (POLIDORI; MARINHO-ARAUJO; BARREYRO (2006, p. 432).

Esse Exame é aplicado por meio de uma prova e de um questionário socioeconômico. A primeira parte da prova é comum a todos os participantes, tendo por objetivo "[...] investigar competências, habilidades e conhecimentos gerais que os estudantes já tenham desenvolvido no seu repertório, de forma a facilitar a compreensão de temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão e à realidade brasileira e mundial" (POLIDORI; MARINHO-ARAUJO; BARREYRO, 2006, p. 433). A segunda parte é específica para cada curso "[...] tanto no domínio dos conhecimentos quanto nas habilidades esperadas para o perfil profissional. Essa parte investiga os conteúdos do curso por meio da exploração de níveis diversificados de habilidades e saberes em cada questão" (POLIDORI; MARINHO-ARAUJO; BARREYRO, 2006, p. 433).

Complementando essa avaliação, os alunos respondem ao Questionário Socioeconômico (QSE), o qual

> [...] tem a função de compor o perfil dos estudantes, integrando informações do seu contexto às suas percepções e vivências. O QSE, elaborado pelo INEP/MEC, investiga a percepção dos estudantes frente à sua trajetória no curso e na IES, por meio de questões objetivas que exploram a função social da profissão e os aspectos fundamentais da formação profissional (POLIDORI; MARINHO-ARAUJO; BARREYRO, 2006, p. 433).

Considerando que este Trabalho de Conclusão de Curso busca investigar o impacto das avaliações externas na universidade pública federal, especificamente de um dos cursos da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – *Campus* Erechim/RS, será feita uma análise das publicações recentes a fim de constatar se os resultados encontrados nas pesquisas sobre Avaliação das Instituições de Educação Superior (IES) são condizentes com o objetivo a que se propõe o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e para averiguar, também, o que está sendo pesquisado sobre a temática aqui investigada.

3.2 ESTADO DE CONHECIMENTO: O QUE DIZEM AS PUBLICAÇÕES

A fim de verificar o Estado de Conhecimento[19] das publicações recentes sobre os impactos da avaliação externa das Universidades Públicas na estrutura das instituições de Educação Superior, fez-se uma busca com os descritores "Avaliação – Institucional – Universidade" no Portal OASISBR[20] delimitando o período de 2006 até 2016 (10 últimos anos), obtendo-se, como resultado, 16 (dezesseis) artigos publicados. Desses, foram selecionados 12 (doze) artigos, excluindo-se 4 (quatro) deles que se referiam a publicações relacionadas à mesma temática em Portugal.

Para melhor analisar o resultado dessa pesquisa, os resultados foram organizados em três categorias, as quais definem as políticas avaliativas em: i) avaliação institucional, da docência e dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs); ii) gestão e planejamento; iii) autoavaliação institucional e políticas públicas.

Os trabalhos que fazem parte da primeira categoria discutiram o envolvimento dos Técnicos Administrativos em Educação e dos docentes nos processos de avaliação institucional, bem como a avaliação a que estão sujeitos dentro do processo avaliativo das universidades e de que forma essas avaliações interferem na própria instituição ou nas práticas docentes.

Não há como falar em universidade sem levar em conta os servidores que compõem o corpo técnico-administrativo, uma vez que os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) também passam por avaliações periódicas de desempenho. As formas avaliativas normalmente estão determinadas pelos órgãos de controle interno de cada instituição, mas resta saber de que forma elas impactam na avaliação da própria instituição. Em pesquisa realizada na Unicamp, Delgado Filho (2006, p. 13) afirma que "[...] o processo de avaliação institucional na universidade só será global se for complementado pela avaliação dos órgãos técnicos e administrativos", pois a "[...] avaliação institucional, ao considerar adequadamente os órgãos técnicos e administrativos, fornecerão os elementos que dirão se o sucesso alcançado pela Universidade é sistêmico e, portanto, com boas chances de ser sustentável" (DELGADO FILHO, 2006, p. 1). E como universidade é sinônimo de movimento constante, os processos avaliativos dos servidores também precisam adaptar-se às novas realidades. É o

[19] "[...] *estado de conhecimento* é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica" (MOROSINI, 2015, p. 102, grifo do autor).

[20] O Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto – OASISBR – é um mecanismo de busca multidisciplinar que possibilita o acesso à produção científica de pesquisas realizadas no Brasil e em Portugal. Disponível em: <http://oasisbr.ibict.br/vufind>. Acesso em: 03 jul. 2017.

que argumentam Rodrigues e Silva (2006, p. 1) sobre o mecanismo de avaliação de desempenho do corpo técnico-administrativo da Universidade Federal do Ceará – UFC, que, embora esteja aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI), necessita "[...] de ampla modificação começando pela mudança nos instrumentais como o início da construção de nova cultura avaliativa".

Não obstante, os docentes também refletem os impactos das avaliações institucionais ao procurar "[...] reorganizar suas práticas segundo o parâmetro de sucesso imposto pelo modelo avaliativo". Portanto, os processos avaliativos a que as instituições estão sujeitas influenciam as práticas docentes e interferem nos saberes, "[...] silenciando muitos daqueles que se contrapõem ao padrão imposto pela avaliação, direcionando a qualidade da prática pedagógica universitária" (CUNHA, 2006, p. 1).

Portanto, não há uma forma neutra de avaliar as instituições e, tampouco, haverá uma atuação docente isenta de interferências, uma vez que esses processos estão interligados. Ou seja, a avaliação institucional interfere nas práticas docentes e, portanto, o resultado da avaliação institucional não será um reflexo genuíno das práticas de ensino. Dessa forma, é necessária uma reanálise dos processos avaliativos vigentes, os quais possuem lacunas que precisam ser preenchidas ou melhoradas para que não interfiram no modo de atuação dos órgãos técnico-administrativos nem nas práticas docentes.

As publicações disponíveis no Portal OASISBR, que fazem parte da segunda categoria, denominada "gestão e planejamento", tratam sobre gestão da informação, gestão e planejamento da autoavaliação institucional, publicidade, transparência e envolvimento da comunidade acadêmica. É pertinente mencionar que não basta fazer avaliações institucionais, dos servidores e dos docentes; é preciso que haja um sistema adequado de gerenciamento para poder analisar esses dados.

A respeito dessa discussão, Periotto, Oliveira Jorge e Endrici (2006) buscaram uma solução para normatizar a progressão funcional de alguns docentes lotados no Departamento de Administração da UEM – Universidade Estadual de Maringá. Para isso, implementaram um sistema de informação denominado G-Info, o qual foi alimentado com os dados constantes em processos de avaliação periódica de alguns docentes que haviam sido avaliados recentemente. Porém, surgiram dificuldades de alimentá-lo, uma vez que os dados anteriores estavam dispersos em vários mecanismos de registro, tais como "[...] plataforma Lattes, sistemas institucionais legados, arquivos de secretaria e dados fornecidos pelos próprios professores, exigindo consolidação e depuração de consistência", para reunir o maior número possível de informações e manter a integridade (PERIOTTO; OLIVEIRA JORGE; ENDRICI,

2006, p. 3). Esses impasses propõem novos desafios para implementar melhorias, num processo de retroalimentação contínua.

Outro aspecto importante a ponderar são os processos de mediação entre gestão da informação e planejamento das ações. O trabalho de Brzezinski (2013) analisou potencialidades e fragilidades nos cursos de 39 Unidades Universitárias (UnU), constatando que "[...] os obstáculos de ordem política, cultural e organizacional provocam descontinuidades que comprometem a mediação do processo de avaliação institucional entre o planejamento e a gestão universitária" (BRZEZINSKI, 2013, p. 1). Além disso, os gestores acadêmicos precisam estar comprometidos com sua função para que os resultados da avaliação estejam conectados ao planejamento das ações. É o que afirmam Ribeiro et al. (2013) após análise do conteúdo de entrevistas realizadas com gestores acadêmicos em uma universidade pública brasileira. A pesquisa demonstrou que há "[...] um desconhecimento acerca dos processos envolvidos na avaliação, resultando numa visão negativa e, por consequência, não utilização dos resultados da avaliação institucional para o planejamento acadêmico" (RIBEIRO et al., 2013, p. 1).

Todavia, essas ponderações devem ser analisadas sob o prisma da promoção de mudanças e união dos segmentos que fazem parte da comunidade acadêmica. De acordo com Novaes e Carneiro (2014, p. 1), a partir de experiências vivenciadas no âmbito da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, constataram "[...] alguns dilemas na relação universidade, Estado e sociedade e suas repercussões na condução de processos de gestão e avaliação". Segundo os autores, é oportuno destacar que as mudanças constantes que são necessárias para a gestão da universidade não devem ser colocadas no limite dos temas centrais que perturbam a universidade ou respondidas de forma evasiva. Por outro lado, os requisitos e proposições do sistema de avaliação oficial podem e precisam ser questionados. Essas críticas, no entanto, precisam ser direcionadas para aproximarem a comunidade acadêmica do que se manifesta como necessário para a instituição. Assim sendo, "essa mediação pode se estabelecer a partir da combinação entre os procedimentos necessários, indispensáveis e protocolares da gestão e a produção de sentido que os atores realizam na complexa dinâmica da Universidade" (NOVAES; CARNEIRO, 2014, p. 11).

Os autores são unânimes em afirmar a importância da participação de toda a comunidade acadêmica. Além disso, não basta coletar dados, é necessário publicá-los. De acordo com Mizael et. al. (2012, p. 14), o planejamento nas Universidades Federais deve estar em consonância "[...] aos Planos do Governo Federal, ao Projeto Pedagógico Institucional, a um Plano de Gestão e, principalmente, ao envolvimento de toda a comunidade acadêmica. [...]

como forma de garantir que os objetivos organizacionais sejam atingidos". Além disso, é preciso "[...] aperfeiçoar os mecanismos de divulgação e transparência, motivar a comunidade acadêmica para o envolvimento no plano; integrar os novos servidores no processo de planejamento; associar o plano à gestão [...]" (MIZAEL et al., 2012, p. 1). Nesse mesmo viés, Ribeiro et al. (2013, p. 1) concluem pela "[...] necessidade de maior envolvimento dos atores institucionais no processo, bem como pela necessidade de se estabelecer mecanismos mais eficientes de divulgação dos resultados da avaliação institucional".

Portanto, para que os planos sejam viáveis, é preciso ir além das barreiras burocráticas; possibilitar a participação e o envolvimento da comunidade acadêmica; otimizar os procedimentos de transparência e de publicidade; facilitar o acesso à informação, além de capacitar os profissionais responsáveis pela gestão institucional.

Por fim, as publicações que fazem parte da categoria "autoavaliação institucional e políticas públicas" tratam sobre avaliação institucional como prática indispensável à melhoria da qualidade institucional e à formação de profissionais qualificados. Os mecanismos de avaliação institucional precisam ser condizentes com os preceitos legais para que os futuros profissionais estejam aptos ao exercício da profissão. O trabalho de Perim et al. (2008, p. 2) analisou o curso de Medicina da Universidade de Londrina e constatou "[...] a falta de integração das avaliações realizadas até então e com o respaldo das diretrizes curriculares nacionais, que preveem o acompanhamento e a avaliação do próprio curso, e não apenas do processo de ensino-aprendizagem". Por meio do trabalho realizado pelos pesquisadores, foi possível revisar o passado, realinhar o presente e corrigir os rumos futuros, deixando a certeza de que não se pode prescindir da avalição se o objetivo é a formação de profissionais qualificados que atendam às necessidades da sociedade. Portanto, a autoavaliação das instituições permite um diagnóstico do andamento das propostas pedagógicas para suprir eventuais lacunas nos processos de ensino e de aprendizagem, uma vez que a atuação das universidades tem repercussão direta na sociedade. A partir de uma pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi possível concluir que

> [...] O Programa de Auto-Avaliação Institucional, é a forma de a comunidade evidenciar as potencialidades e fragilidades da UFSC, indicando os caminhos que visem à melhora da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades administração e, conseqüentemente, da vida das pessoas em sociedade (SILVA; BIANCHI; JACOBSEN, 2010, p. 4).

Nesse mesmo contexto, Palharini et al. (2013) comentam a participação indireta da Universidade Federal Fluminense – UFF – na construção do Programa de Avaliação

Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB[21], 2000 – Avaliar para Melhorar, sendo necessário refletir sobre a evolução dos processos de avaliação no presente e as possibilidades futuras. Os mecanismos avaliativos não são fórmulas matemáticas que visualizam um resultado específico. Em outras palavras, "[...] a avaliação institucional não pode ser encarada como processo destinado ao manuseio e à aplicação de técnicas que visam medir resultados, desempenhos e/ou produtos" (NORBERTO, 2014, p. 8).

A avaliação institucional é importante em todas as fases do desenvolvimento dos processos acadêmicos, sendo imprescindível "refletir sobre a importância de desenvolver a responsabilidade social, nos moldes do SINAES e construir a cultura de avaliação brasileira com bases sólidas, respeitando a estrutura organizacional e a cultura regional de cada IES" (NORBERTO, 2014, p. 9). Ainda, segundo Norberto (2014, p. 1), a avaliação configura

> uma alternativa capaz de gerir e suscitar novos debates no meio acadêmico, uma vez que pode colaborar com a mudança da mentalidade universitária, rever comportamentos docentes e discentes, além de reestruturar práticas administrativas e possibilitar a reabilitação do diálogo como prática de conhecimento.

A partir da análise das publicações dos últimos dez anos, depreende-se que os procedimentos de avaliação são necessários e indispensáveis para uma boa gestão das instituições. Também, percebe-se unanimidade em apontar que os mecanismos de avaliação atuais interferem nas práticas docentes, calando muitas vozes que poderiam ser úteis para provocar mudanças nas políticas de avaliação externa e de autoavaliação institucional, fruto da pressão dos órgãos internacionais sobre as políticas públicas no Brasil. Para além de um "produto final", que é a formação de profissionais qualificados, condizentes com as demandas sociais contemporâneas, a função das IES é formar "pessoas" em várias dimensões: emocional, cultural, artística, ética, etc...

Portanto, o modelo de avaliação também prescinde de análise. De acordo com Rodrigues e Silva (2006, p. 14), "[...] nenhum trabalho poderá prescindir de avaliação, nem mesmo a própria avaliação", sendo um processo contínuo na busca incessante de aperfeiçoamento. Assim, compreende-se que os procedimentos avaliativos não são conclusos e acabados. Ao contrário, precisam ser questionados e aperfeiçoados constantemente. Como

[21] "Programa instituído em 1993 pelo Ministério da Educação (MEC) para que as universidades criassem sistemas internos de avaliação – com posterior checagem pelos técnicos do MEC – que pudessem auxiliar no processo de aperfeiçoamento da instituição. A idéia do PAIUB é servir a um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e de prestação de contas da Universidade à sociedade, constituindo-se em uma ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior. Dessa forma, o PAIUB estabelece três fases centrais para o processo a ser desenvolvido em cada universidade: Avaliação Interna, Avaliação Externa e Reavaliação" (MENEZES, E.T.; SANTOS, T. H., 2001, s. p.).

pontos centrais, destacam-se a desburocratização de processos, a otimização por meio de recursos tecnológicos eficientes, a divulgação dos resultados e a participação ativa dos segmentos internos e da comunidade externa às instituições.

Constatou-se que as publicações recentes trazem importantes reflexões sobre a relevância da avaliação institucional como meio para definir novas estratégias de atuação. Nessa perspectiva, no presente TCC, é realizada uma análise sobre a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS –, a fim de verificar se os processos avaliativos dessa instituição seguem a mesma tendência de outras instituições brasileiras, que estão atuando há mais tempo, analisando o impacto das avaliações externas nas avaliações institucionais, conforme verificado no Estado de Conhecimento. A seguir, será apresentado como essa pesquisa foi desenvolvida.

4 METODOLOGIA

A fim de obter dados necessários para embasar a pesquisa sobre os impactos da avaliação externa da Educação Superior na estrutura e na organização do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – *Campus* Erechim/RS, foram consultados documentos do Ministério da Educação e Cultura e obras de autores como Akkari (2011), Bittencourt; Morosini (2015), Chauí (2003), além de documentos do Curso de Pedagogia da UFFS.

Para a elaboração desse trabalho, foi feita: i) revisão de literatura sobre o assunto; ii) Estado de Conhecimento das publicações recentes; iii) análise documental sobre a avaliação externa/interna da UFFS. Contudo, a prioridade foi a pesquisa documental produzida a partir da autoavaliação institucional do Curso de Pedagogia da UFFS, tendo como foco o relatório de autoavaliação institucional, produzido pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, ano base 2016.

Num primeiro momento, foi feita uma revisão de literatura para conhecer o que já foi pesquisado sobre o tema, uma vez que "a pesquisa bibliográfica tem por objetivo encontrar respostas aos problemas formulados, e o recurso utilizado para isso é a consulta dos documentos bibliográficos" (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007). Essa revisão de literatura foi realizada a fim de elencar as linhas de pesquisa mais recentes. De acordo com Morosini (2015, p. 114), "[...] a revisão de literatura engloba não só a perspectiva de paradigmas, de consolidação do arcabouço teórico sustentador das diversas posições relativas à temática, mas engloba aquilo que foi produzido como resultado de pesquisas nos níveis nacional e internacional", delineando melhor a pesquisa que se pretende desenvolver. A partir da "revisão de literatura é possível identificar as principais tendências de pesquisa na área de interesse, as eventuais lacunas e os conceitos importantes que estão sendo usados" (MOREIRA; CALEFFE, 2008).

Além disso, foi feita uma pesquisa no site do OASISBR – que é um mecanismo de busca que permite o acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileiros – para diagnosticar o Estado de Conhecimento das publicações recentes. Nas publicações, é possível verificar o interesse do pesquisador, bem como as interferências causadas pelo objeto da pesquisa. De acordo com Morosini (2015, p. 102), "faz-se necessário considerar que a construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas a influências da

instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global".

Por fim, foi feita uma análise documental nos instrumentos de autovaliação utilizados no Curso de Pedagogia da UFFS, *Campus* Erechim/RS. De acordo com Ludke e André (1986, p. 38), "[...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema". Os documentos são uma fonte valiosa de informações que podem confirmar ou não as hipóteses presentes no início de uma pesquisa. Além disso, "outra vantagem adicional dos documentos é o seu custo, em geral baixo. Seu uso requer apenas investimento de tempo e atenção por parte do pesquisador para selecionar e analisar os mais relevantes" (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39). Os autores destacam também que os documentos são neutros e não sofrem interferência com a presença do pesquisador. Outra vantagem é a de que a pesquisa documental pode respaldar os dados coletados por meio de outro tipo de pesquisa. Ainda, de acordo com Chaumier (1974 apud BARDIN, 2010, p. 47), a análise Documental pode ser definida como "uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referenciação".

Os textos desses documentos serão analisados pelo viés da Análise de Conteúdo. De acordo com Berelson (1948 apud BARDIN, 2010, p. 20), "a Análise de Conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação". Na concepção de Bardin (2010, p. 32), seria mais adequado falar em "Análises de conteúdo", pois a pesquisa pode seguir vários rumos, conforme o objetivo do pesquisador, ou seja, uma análise dos significados, conforme a temática. Ao domínio da Análise de Conteúdo, pertencem

> todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que, embora parciais; são complementares (BARDIN, 2010, p. 44).

Para melhor elaboração, torna-se pertinente organizar a pesquisa em três fases, conforme orientação de Bardin (2010). A primeira diz respeito à organização e sistematização das ideias iniciais, denominada de pré-análise. Faz parte dessa fase a seleção dos documentos, a definição das hipóteses e dos objetivos, bem como os indicadores que justificam a

interpretação final. A segunda fase refere-se à exploração do material, que consiste na análise das decisões tomadas, e a terceira fase refere-se ao tratamento e interpretação dos resultados.

Seguindo essas orientações, inicialmente buscou-se identificar se os documentos produzidos na UFFS possuem os mesmos indicadores de qualidade definidos internacionalmente e nas diferentes instâncias nacionais. Fazem parte dessa seleção documentos sobre a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS (PDI), os questionários da Comissão Própria de Avaliação da UFFS (CPA), o Relatório de Autoavaliação Institucional elaborado pela CPA e, por fim, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFFS (PPC). Num segundo momento, os dados foram classificados e agrupados em cinco categorias: i) Planejamento e Avaliação Institucional; ii) Desenvolvimento Institucional; iii) Políticas Acadêmicas; iv) Políticas de Gestão e v) Infraestrutura, de acordo com as características análogas encontradas nos documentos, a fim de encontrar subsídios para avaliar os impactos das Políticas de Avaliação Externa na estrutura e na organização do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira SUL – UFFS – *Campus* Erechim/RS. Tal procedimento é definido por Bardin (2010, p. 145) como *categorização*, a qual vem a ser "[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos". Com isso, foi possível identificar os aspectos condizentes com a pesquisa, selecioná-los e, posteriormente, agrupá-los de acordo com o que havia em comum entre eles, de forma a sintetizar as informações documentais, contextualização que será discutida no final desse trabalho. Para chegar a essa etapa de análise, cabe, inicialmente, fazer uma breve explanação sobre os procedimentos de avaliação externa do Curso de Pedagogia da UFFS – *Campus* Erechim/RS, conforme preâmbulo do próximo capítulo.

5 AVALIAÇÃO EXTERNA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS

O século XXI tem sido marcado por vários avanços no campo educacional. Nessa lógica, a sociedade atual demanda uma qualificação mais adequada dos sistemas de ensino. Consequentemente, as conquistas democráticas repercutem, segundo o Projeto Pedagógico do Curso – PPC (UFFS, 2010, p. 9), "[...] em todos os níveis, dentre os quais merecem destaque a expansão da oferta de vagas, a sistematização de processos de avaliação e o decorrente compromisso com a busca de qualidade". O processo de avaliação faz parte do sistema educacional. Contudo, tornou-se mais expressivo a partir

> [...] das políticas públicas na década de 1990, quando foi instituído o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras – PAIUB. Esse Programa surgiu com a necessidade de imprimir um caráter permanente às iniciativas de avaliação. Atualmente, o mesmo adquiriu novos contornos, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. A criação do SINAES estabeleceu como principal competência da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, na condição de órgão colegiado de supervisão e coordenação do SINAES, estabelecer diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação nas Instituições de Ensino Superior – IES brasileiras (UFFS, 2017, p. 21).

Esses programas de avaliação externa visam regulamentar os indicadores de qualidade das Instituições de Educação Superior (IES), objetivando uma determinada padronização da qualidade do ensino dessas instituições. Internacionalmente, a UNESCO trabalha com diretrizes gerais para definir as "Missões e Funções da Educação Superior", que assegurem a qualidade do ensino e o acesso igualitário à educação. Além disso, a UNESCO (1998) determina que os organismos nacionais instituam instâncias competentes para efetivar as políticas de avaliação interna e uma revisão externa com especialistas independentes, de acordo com as normas de qualidade reconhecidas internacionalmente, a fim de assegurar a qualidade.

No Brasil, a avaliação externa[22] é feita por comissões especializadas, que são designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de acordo com as diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da

[22] "Essa avaliação é feita por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em suas áreas e portadores de ampla compreensão das instituições universitárias nacionais e internacionais, designados pela CONAES. A quantidade e os formatos dessa(s) comissão(ões) depende do tamanho e dos perfis da instituição ou sua organização acadêmico-administrativa, a critério da CONAES" (BRASIL, 2003, p. 78).

Educação Superior (CONAES[23]), tendo como orientação os padrões de qualidade para a Educação Superior definidos nos mecanismos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). "A avaliação externa das instituições e cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos a cada uma e ao conjunto das dimensões avaliadas, numa escala de cinco níveis[24]" (BRASIL, 2009, p. 169).

> No âmbito institucional, a avaliação externa introduz um componente novo e desafiador que se articula com os demais aspectos da avaliação. Requer, tanto dos avaliadores externos quanto da comunidade acadêmica, capacidade de discriminação, disponibilidade para o diálogo e sentido de participação (BRASIL, 1994, p. 19).

Os principais instrumentos e indicadores da avaliação externa são: i) Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE[25]); ii) Conceito Preliminar de Curso (CPC[26]) e iii) Índice Geral de Cursos (IGC[27]). Esses instrumentos são definidos pelo MEC, conforme quadro abaixo:

---

[23] CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – "[...] é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004". Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/conheca-a-conaes. Acesso em: 03 jul. 2017.

[24] "Sendo os níveis 4 e 5 indicativos de pontos fortes, os níveis 1 e 2 indicativos de pontos fracos e o nível 3 indicativo do mínimo aceitável para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e re-credenciamento de instituições" (BRASIL, 2009, p. 169).

[25] Participam do exame os alunos ingressantes e concluintes dos cursos avaliados. "Para o cálculo do conceito do ENADE será considerado apenas o desempenho dos concluintes" (BRASIL, 2009, p. 328). "O desempenho insatisfatório dos alunos também pode desencadear processo de supervisão do MEC, em que as instituições precisam adotar medidas para sanear as deficiências apontadas nos cursos" (BRASIL, s. d., p.3).

[26] "O conceito, que vai de 1 a 5, é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país. Cursos que obtiverem CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do Inep para verificação in loco das condições de ensino. Cursos com conceito igual ou maior que 3 podem optar por não receber a visita dos avaliadores e, assim, transformar o CPC em conceito permanente (o Conceito de Curso). O CPC é divulgado a cada três anos para cada grupo de cursos, junto com os resultados do Enade" (BRASIL, s. d., p.3).

[27] "Para efeito da avaliação institucional externa, tem-se como referencial o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC). Criado pela Portaria Normativa MEC nº 12, de 5 de setembro de 2008, o IGC é um indicador de qualidade dos cursos oferecidos pelas IES, considerados aqueles que possuem conceitos nas avaliações do Enade. Na sua composição, o IGC contempla a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado). No que se refere à graduação, é utilizada a média dos CPCs. Para a pósgraduação, é utilizada a Nota Capes. O resultado é apresentado em valores contínuos, que vão de 0 a 500, e são transformados em faixas de 1 a 5. O IGC de cada instituição de educação superior é divulgado anualmente pelo Inep/MEC, sempre em momento imediatamente posterior à divulgação dos resultados do Enade e do CPC" (BRASIL, 2015, p. 15).

Quadro 1: Instrumentos de Avaliação Externa

ENADE	CPC	IGC
Avalia o conhecimento dos alunos em relação ao conteúdo previsto nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades e competências. A Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) é realizada aos estudantes do final do primeiro e do último ano da graduação.	É composto pela nota do ENADE pelo Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)[28] e por fatores que consideram a titulação dos professores, o percentual de docentes que cumprem regime parcial ou integral (não horistas), recursos didático-pedagógicos, infraestrutura e instalações físicas.	Sintetiza em um único indicador a qualidade de todos os cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) de cada universidade, centro universitário ou faculdade do país. No que se refere à graduação, é utilizado o CPC dos cursos. A Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) é realizada por visitas in loco de comissões externas.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, de acordo com dados do MEC (BRASIL, 2015).

Para que esses programas sejam eficazes, é necessária a avaliação interna[29] das IES, a fim de coletar os dados e subsidiar as pesquisas dos órgãos externos. Para desempenhar essa atividade, foram constituídas as Comissões Próprias de Avaliação – CPA[30]. "Os eixos de sustentação e legitimidade da CPA são resultantes, em grande parte, das formas de participação e envolvimento da comunidade universitária, além da inter-relação entre as atividades pedagógicas e a gestão acadêmica e administrativa" (UFFS, 2017, p. 21).

Desse modo, paira a dúvida: os resultados das avaliações internas seriam isentos da interferência da avaliação externa? Os estudos preliminares apontam que as Avaliações Externas impactam nas avaliações da grande maioria das Instituições de Educação Superior. Sendo assim, o objeto de estudo deste TCC é verificar se essa tendência se apresenta nas avaliações institucionais da UFFS. O foco dessa pesquisa é voltado para o Curso de Pedagogia da UFFS, por ser o que tenho mais proximidade em virtude da minha graduação, bem como por ser suplente do Colegiado do Curso, na condição de TAE do *Campus* Erechim e estar acompanhando as propostas de alteração do PPC. Além disso, fui impulsionada a analisar os resultados da autoavaliação institucional, ano base 2016, apontados no Relatório da Comissão Própria de Avaliação – CPA, e saber quais os encaminhamentos que são dados pela Comissão, após a verificação dos resultados das pesquisas, tendo em vista que tanto na condição de estudante quanto de TAE, recebia os questionários, mas não me inteirava sobre

[28] "É a diferença entre o desempenho médio do concluinte de um curso e o desempenho médio estimado para os concluintes desse mesmo curso. Representa, portanto, quanto cada curso se destaca da média, podendo ficar acima ou abaixo do que seria esperado, baseando-se no perfil de seus estudantes. O indicador tem escala de 1 a 5, sendo 5 o melhor resultado" (BRASIL, s. d., p. 4).

[29] Avaliação interna aqui entendida como os documentos voltados à autoavaliação da instituição, excluídas as avaliações específicas de cada professor em sala de aula.

[30] "[...] cuja função precípua é a condução dos processos de avaliação interna ou autoavaliação da instituição, de sistematização e prestação de informações solicitadas pelo Ministério da Educação – MEC e Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP" (UFFS, 2017, p. 21).

os resultados e demais providências tomadas pela Comissão. Outro fator que determinou o objeto de estudos do meu TCC foi por constatar a inexistência de pesquisa sobre esse tema no *Campus* Erechim. Explanados os instrumentos de Avaliação Externa das IES, num primeiro momento desse capítulo, será feita uma apresentação sintética da Universidade Federal da Fronteira SUL – UFFS.

5.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS

Dentro do projeto de expansão do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, algumas regiões do Brasil foram beneficiadas com a chegada de Universidades Públicas Federais. Uma das regiões contempladas com a expansão da Educação Superior gratuita foi o Sul do Brasil, com a vinda da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, a qual será objeto de estudo deste TCC. De acordo com Benincá (2011, p. 39-40),

> a Universidade Federal da Fronteira Sul começou a ser pensada a partir da constatação de que a metade Sul do estado do Rio Grande do Sul tinha quatro universidades federais e estava buscando mais uma. Por outro lado, na metade Norte do estado – uma região pluriculturas, composta, sobretudo, de agricultores familiares, micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos -, o ensino público federal de nível superior estava totalmente ausente.

É relevante destacar que não era somente o Rio Grande do Sul que estava com essa carência. Os estados de Santa Catarina e do Paraná também necessitavam ampliar a Educação Superior e uniram-se nessa luta. Desse modo, "da confluência de intenções, emergiu a proposição de uma universidade multicampi e interestadual, o que motivou tratativas mais concretas com o governo federal" (BENINCÁ, 2011, p. 42). Não obstante, ao projeto REUNI somaram-se as organizações sociais, as quais foram decisivas para a conquista da UFFS na região Sul. Nas palavras de Pereira (2014, p. 249, grifo do autor), "do 'casamento' entre a política governamental e a mobilização social, a UFFS passa a ser Construída" a partir da Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, com o objetivo de "[...] ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação **multicampi"** (BRASIL, 2009). E, no dia 29 de março de 2010 a UFFS iniciou suas atividades acadêmicas.

> O processo de criação da UFFS iniciou com cinco campi: Chapecó (SC) – sede da Instituição, Realeza e Laranjeiras do Sul (PR) e Cerro Largo e Erechim (RS). Recentemente a cidade de Passo Fundo também passou a contar com um campus da UFFS, o qual oferece o primeiro curso de Medicina do Brasil instituído através do programa de expansão das escolas médicas do Governo Federal (UFFS, s. d.)

Como resultado dessa conquista, atualmente, os seis *Campi* da UFFS estão de portas abertas acolhendo aos estudantes de graduação de diversas regiões do Brasil, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM[31] e, desde 2014, reserva, também, um percentual de vagas por meio do Sistema de Seleção Unificada – SiSU[32]. Aos estudantes da região Sul do Brasil, essa oportunidade é ímpar na formação acadêmica e na carreira profissional, tendo em vista que "[...] a possibilidade de fazer um curso superior em uma universidade federal, gratuito e perto de casa, surge aos estudantes da região do Alto Uruguai, historicamente desassistida pela educação superior pública" (MAY, 2014, p. 78). Além disso, é, "para muitos, a primeira experiência de graduação, possível graças à gratuidade e localização próxima de suas casas. Assim como, para a grande maioria, a primeira experiência de ensino superior na família" (MAY, 2014, p. 78).

Desde o projeto de criação, a UFFS "[...] foi pensada como uma instituição pública popular, que tem por objetivo a inclusão no ensino superior de jovens e de adultos que cursaram o ensino médio em escolas públicas" (SILVA, 2011, p. 125). Para isso, além de proporcionar condições de ingresso dos estudantes, a UFFS oferece

> [...] bolsas e auxílios para que os alunos se dediquem o máximo aos estudos e permaneçam na Universidade até o fim do curso. As bolsas são voltadas para as áreas de ensino, pesquisa e extensão, incentivando o desenvolvimento de diversos projetos. Já os auxílios favorecem a permanência do acadêmico na UFFS (UFFS, s.d.).

---

[31] "Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular". Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>. Acesso em: 03 dez. 2017.

[32] O SiSU é a principal forma de oferta das vagas autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC). O processo seletivo ocorre anualmente, em uma ou duas etapas, para os cursos de graduação de oferta regular. A seleção dos(as) candidatos(as) se dá com base nos resultados da última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SiSU) do Ministério da Educação (MEC). Na UFFS são 11 as modalidades de concorrência. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/ingresso/sisu>. Acesso em: 18 dez. 2017.

Zanella (2011, p. 109) faz a seguinte análise a respeito da UFFS: “nascida de baixo para cima, com a participação decisiva dos movimentos sociais e apoio de lideranças sociais e políticas da região, a universidade não pode, agora, se fechar sobre si mesma. A UFFS será tanto mais forte quanto for seu enraizamento na sociedade”. Nessa perspectiva, o autor complementa que “entre as experiências em curso que têm essa preocupação de estreitar a relação entre universidade pública e sociedade, pode-se destacar a da UFFS”. Portanto, a UFFS busca aproximar a sociedade por meio da participação popular nos cursos de graduação, de pós-graduação, nos diferentes debates da instituição e nos cursos de extensão promovidos internamente e divulgados nos meios de comunicação local.

Tendo em vista que Universidade é sinônimo de movimento constante e de troca de saberes, “[...] a UFFS necessita radicalizar a democracia no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da disposição em aprender com as experiências e os saberes populares” (BENINCÁ, 2011, p. 59).

Nesse mesmo viés, Benincá (2011, p. 52, grifo do autor) comenta que,

> embasada em sua intencionalidade original, a UFFS pretende ser uma instituição *democrática, inclusiva e emancipatória* no estrito sentido dos termos. Efetivamente, essa marca tão cara à educação superior não se garante só com bons propósitos ou banalizadas teorias. Requer diálogo permanente com a comunidade e exige participação ativa, de parte a parte, vencendo toda forma de isolamento.

Para isso, em 2009, foi instituída a Comissão de Implantação da UFFS, a fim de definir a organização institucional e os cursos de graduação. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura (UFFS, 2010), uma das áreas que tiveram prioridade foi das licenciaturas. Dentre as licenciaturas, foi implantado o Curso de Pedagogia, o qual será objeto de estudo no próximo tópico.

5.1.1 Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Desde sua implantação na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – *Campus* Erechim, o Curso de Licenciatura em Pedagogia oferece cinquenta vagas, no período noturno, com ingresso no primeiro semestre de cada ano. O curso tem tido grande procura, tanto por acadêmicos que pretendem fazer a primeira graduação, quanto por acadêmicos que já possuem graduação em outras áreas. Influencia nessa escolha o fato de ser um curso noturno, que favorece o ingresso aos trabalhadores, bem como a perspectiva de inclusão no mercado de

trabalho, aliada à gratuidade dos cursos oferecidos pela UFFS. No quadro 2, abaixo, pode ser visualizado o histórico de matrículas dos últimos quatro anos.

Quadro 2: Matrículas de estudantes – Licenciatura em Pedagogia – *Campus* Erechim

Ano	Vagas ofertadas	Matriculados PS[33]	Matriculados editais[34]	Total matriculados[35]	Ativos PS	Ativos editais	Total ativos	Evasão
2014	50	52	21	73	23	10	33	64,80%
2015	50	53	16	69	33	4	37	46,40%
2016	50	57	12	69	39	9	48	30,50%
2017	50	50	8	58	43	8	51	12,10%

Fonte: Sistema de Gestão Acadêmica – SGA (UFFS).

Consoante o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura – PPC (UFFS, 2010), essa iniciativa vai ao encontro dos preceitos legais do Brasil, que norteiam as Universidades na premente formação de acadêmicos nas áreas de licenciatura, a fim de suprir as demandas sociais por uma Educação Básica de qualidade. Portanto,

> [...] o Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura inscreve-se no contexto das políticas públicas de atendimento às carências e desafios existentes na formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, em âmbito nacional e regional. Coaduna-se com os princípios éticos e políticos que orientam a Universidade Federal da Fronteira Sul, cuja historicidade é marcada pelo anseio e luta efetiva de consolidar-se como Universidade pública, popular e de qualidade, capaz de promover a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Região Sul do País (UFFS, 2010, p. 5).

Nesse contexto, a UFFS almeja democratizar o acesso à Educação Superior, possibilitando a formação docente para a Educação Infantil e Anos Iniciais, a fim de suprir a falta de professores com formação em Nível Superior para a Educação Básica, bem como ampliar o quadro de profissionais graduados, pois muitos que atuam nas escolas, em várias regiões do País, ainda não possuem formação específica para a docência (UFFS, 2010). Além disso, é necessário romper com as concepções sociais regionais de que o ensino de qualidade é produzido apenas pelas instituições privadas. Assim, é possível revalorizar o ensino público, a fim de romper os marcos "[...] da prática da denúncia, reconhecendo a importância de formar quadros profissionais para a região em que a Universidade está inserida, contribuindo, assim, para o aprimoramento e qualidade do ensino-aprendizagem nas redes escolares, particularmente, na escola pública" (UFFS, 2010, p. 26). Desse modo,

[33] Matriculados PS: matriculados pelo ENEM/SISU.
[34] Matriculados Editais: editais de transferência interna/externa e retorno de graduado.
[35] Total de alunos matriculados durante a graduação.

> [...] configura-se como um instrumento de grande importância, a instalação de uma universidade pública, especialmente com esta missão, representa a superação de barreiras históricas, como a falta de profissionais habilitados, especialmente na Educação Infantil e Séries Iniciais, dimensão de atuação do pedagogo (UFFS, 2010, p. 23).

Não obstante os progressos obtidos na Educação Básica, a universalização do ensino continua a ser um escopo a ser alcançado, "[...] cuja concretização passa necessariamente pela valorização dos profissionais da educação, e consequentemente, por condições adequadas de formação inicial e continuadas destes profissionais, o que pressupõe uma contínua articulação entre ensino, pesquisa e extensão" (UFFS, 2010, p. 27). Contudo, "[...] mais do que o esperado domínio teórico e sólida formação em pesquisa, o docente envolvido no projeto da UFFS, que visa ser uma instituição pública e popular, deve observar o compromisso social em sua atividade profissional" (UFFS, 2010, p. 159). À vista disso, destaca-se

> [...] o papel político das instituições formativas, o seu compromisso com uma formação para a cidadania, orientado, sobretudo, por um olhar de alteridade. Nesse sentido, caberá ao profissional Licenciado em Pedagogia compreender criticamente a sua atuação profissional, valendo-se dos embasamentos teóricos e práticos possibilitados ao longo da formação inicial para pensar e intervir concretamente, propondo, criando, executando projetos pedagógicos orientados à construção de uma realidade mais justa, ética e democrática (UFFS, 2010, p. 27).

Para que os futuros pedagogos tenham uma formação plena, o curso de Pedagogia apresenta uma grade curricular que considera as exigências ético-legais, que abrange, dentre outras exigências, uma educação inclusiva, habilitando os profissionais a atenderem alunos que apresentem necessidades especiais na área da educação, de acordo com as orientações apresentadas nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Além disso, contempla questões que tratam das relações étnico-raciais (UFFS, 2010). Pode-se evidenciar, ao longo do texto do PPC do Curso de Pedagogia da UFFS, o compromisso com uma formação qualificada, que possibilite o desempenho da profissão, tanto na área da docência quanto na gestão.

> Sabe-se que o mercado de trabalho requer, cada vez mais, um profissional que saiba transitar, crítica e criativamente, por sua área de conhecimento específico e, ao mesmo tempo, seja capaz de dialogar com os profissionais das demais áreas. Esse exercício de interdisciplinaridade, um desafio enfrentado pelo profissional do ensino fundamental e médio, só redundará em uma ação pedagógica positiva se as práticas que a alicerçam forem fruto de vivências experienciadas em sua formação acadêmica (UFFS, 2010, p. 183).

Desse modo, o curso de Pedagogia da UFFS tem como objetivo geral "[...] a formação de professores para atuar na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar", além das demais áreas que tenham como requisitos os conhecimentos pedagógicos (UFFS, 2010, p. 33). Além disso, um dos princípios fundamentais da UFFS é a geração e divulgação de novos conhecimentos, preservando

> [...] a indissociabilidade entre teoria e prática, promovendo o conhecimento teórico-prático: do ensino de saberes científicos, técnicos, artístico-culturais e éticos atualizados; da pesquisa institucionalizada, envolvendo professores, alunos e pessoal técnico, e, sempre que possível, integradas em redes e grupos regionais, nacionais e internacionais; da extensão universitária capaz de promover a articulação dos conhecimentos acadêmicos com as práticas sociais das populações locais (UFFS, 2010, p. 6-7).

Com isso, a UFFS busca integrar a Universidade à comunidade regional, com a participação externa de forma efetiva "[...] na formulação de políticas de formação professores", além de "[...] proporcionar aos/às acadêmicos/as o intercâmbio permanente com a realidade concreta do exercício profissional e ação cidadã; promover a inserção do curso junto às redes públicas de ensino e às unidades escolares" (UFFS, 2010, p. 7).

Para cumprir com os objetivos propostos pelos cursos de formação acadêmica, a UFFS busca manter um padrão de qualidade e, para isso, implementa a Avaliação Institucional, que contempla a avaliação externa, a autoavaliação institucional e a avaliação integrada, abrangendo o corpo técnico administrativo, os docentes e os discentes, agentes das melhorias dos processos administrativos e acadêmicos da instituição. A seguir, será feita uma análise desses sistemas de avaliação presentes nos documentos institucionais da UFFS e do relatório da CPA, ano base 2016, a fim de verificar se eles impactam no Curso de Pedagogia da UFFS.

5.1.1.1 Impactos da Avaliação Externa no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – *Campus* Erechim/RS

Nessa seção será apresentada uma análise documental sobre a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS (PDI), os questionários da Comissão Própria de Avaliação da UFFS (CPA), o Relatório de Autoavaliação Institucional elaborado pela CPA e, por fim, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UFFS (PPC), objetivando visualizar como os mecanismos de

internacionalização e o monitoramento da qualidade da Educação Superior se desenvolvem pelas diversas instâncias de controle, fiscalização e acompanhamento do desempenho institucional. De início, cabe mencionar que a UNESCO trata da regulação da educação de forma ampla, definindo "Missões e Funções da Educação Superior"; formação de uma "Nova Visão da Educação Superior" que garanta a igualdade de acesso à educação e efetivação de políticas de avaliação, que possibilitem partir dessa "Visão" para a "Ação". Para implementação dessas políticas, a UNESCO (1998, p. 6) determina que "devem ser criadas instâncias nacionais independentes e definidas normas comparativas de qualidade, reconhecidas no plano internacional". Visando levar em conta a diversidade e evitar a uniformidade, deve-se dar a devida atenção aos contextos institucionais, nacionais e regionais específicos. "Os protagonistas devem ser parte integrante do processo de avaliação institucional" (UNESCO, 1998, p. 6).

Em nível Nacional, O SINAES orienta todas as diretrizes de avaliação das IES, tanto de natureza privada quanto de natureza pública, por meio de três instrumentos: 1) Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), 2) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e 3) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). O SINAES "[...] é considerado um regulador em termos de verificação da qualidade em suas múltiplas dimensões" (BRASIL, 2015, p. 24). "[...] Apesar das fragilidades inerentes ao processo avaliativo, o conjunto das avaliações resultantes da implementação do SINAES, aliado ao Conceito Preliminar de Curso (CPC[36]) e ao Índice Geral de Cursos (IGC), materializa o cumprimento de uma importante etapa rumo à consolidação de uma cultura de avaliação na educação superior" (BRASIL, 2015, p. 12). A Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) compreende a autoavaliação, coordenada pela CPA, e a avaliação externa, que é realizada por comissões designadas pelo INEP, de acordo com as diretrizes definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) é realizada por visitas in loco de comissões externas e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) é realizada aos estudantes do final do primeiro e do último ano da graduação (BRASIL, 2015).

[36] "O CPC, criado pela Portaria Normativa MEC nº 4, de 5 de agosto de 2008 e ratificado na Portaria nº 40/2007, editada em 2010, consubstancia os resultados do Enade e complementa o diagnóstico inicialmente traçado por meio do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD). Na composição desse índice, são agregados outros componentes à avaliação, tais como infraestrutura e corpo docente. Além disso, por meio do questionário do estudante, reúnem-se dados sobre infraestrutura, instalações físicas e recursos didático-pedagógicos oferecidos pelo curso. Outro insumo na composição do CPC é coletado no cadastro docente e se refere à titulação e ao regime de trabalho" (BRASIL, 2015, p. 15).

Nesse viés, o SINAES define que a avaliação da qualidade da Educação Superior "[...] deve ter uma concepção tal que atenda ao critério da diversidade institucional; deve contribuir para a construção de uma política e de uma ética de educação superior em que sejam respeitados o pluralismo, a alteridade, as diferenças institucionais, mas também o espírito de solidariedade e de cooperação" (BRASIL, 2003, p 66). E, nessa perspectiva,

> esta concepção procura articular a avaliação interna à avaliação externa, a comunidade acadêmica com membros da sociedade, as instâncias institucionais com as nacionais e internacionais. Igualmente importante é ressaltar que um sistema de avaliação como o aqui proposto opera com as idéias da solidariedade e da cooperação intra e inter-institucional, e não com a ideologia da competitividade, da concorrência e do sucesso individual. Não menos importante é destacar que esse sistema se vincula à idéia de educação como bem social, e não como mercadoria. Em outras palavras, a avaliação assim entendida ajuda a construir uma concepção de educação superior socialmente comprometida em seus objetivos e funções (BRASIL, 2003, p 62-63).

A fim de melhor entender os processos de Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), objeto de estudos desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), são analisados os indicadores de qualidade conforme definição do SINAES, que os identifica como eixos norteadores, os quais organizam os processos de avaliação. De acordo com a Nota Técnica Nº 14/2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC[37], esses processos compõem um instrumento matricial que compreende cinco eixos, os quais abrangem "[...] as dez dimensões[38] referenciadas no marco legal do Sinaes (Artigo 3º da Lei n° 10.861). O

[37] "A presente Nota Técnica tem como objetivo uniformizar o entendimento sobre os Indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, publicado no D.O.U, de 4 de fevereiro de 2014, por meio da Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014, no âmbito das instâncias que compõem o processo de avaliação do SINAES". Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/pdi/docs/nota_tecnica_n14_2014_1394047775.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

[38] DIMENSÃO 1: A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
DIMENSÃO 2: A política para o ensino (graduação e pósgraduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
DIMENSÃO 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
DIMENSÃO 4: A comunicação com a sociedade.
DIMENSÃO 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
DIMENSÃO 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
DIMENSÃO 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.
DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos discentes.
DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2009).

agrupamento das dimensões em eixos visa facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação" (BRASIL, 2014, p. 2). Nesse TCC, esses eixos usarão a mesma nomenclatura definida pelo SINAES, porém, serão classificados em cinco categorias de análise: i) Planejamento e Avaliação Institucional; ii) Desenvolvimento Institucional; iii) Políticas Acadêmicas; iv) Políticas de Gestão e v) Infraestrutura. Essas categorias levam em conta as dez dimensões do SINAES, assim distribuídas, a partir da elaboração do seguinte quadro comparativo:

Quadro 3: Categorias de Análise e Dimensões do SINAES

i) Planejamento e Avaliação Institucional	Considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Autoavaliação). Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
ii) Desenvolvimento Institucional	Contempla a dimensão 1 do SINAES (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e a dimensão 3 (Responsabilidade Social da Instituição).
iii) Políticas Acadêmicas	Abrange a dimensão 2 do SINAES (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), a 4 (Comunicação com a Sociedade) e a dimensão 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes).
iv) Políticas de Gestão	Compreende a dimensão 5 do SINAES (Políticas de Pessoal), a 6 (Organização e Gestão da Instituição) e a dimensão 10 (Sustentabilidade Financeira).
v) Infraestrutura	Corresponde à dimensão 7 do SINAES (Infraestrutura Física).

Fonte: Elaborado pela autora, de acordo com dados constantes na Nota Técnica Nº 14/2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC (BRASIL, 2014).

Com o propósito de visualizar a incidência dessas categorias de análise nas políticas de avaliação internacionais e nacionais, bem como dimensionar se causam impactos no Curso de Pedagogia na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – *Campus* Erechim/RS, são analisados alguns documentos da UNESCO, do SINAES, bem como o PDI, os documentos produzidos pela CPA e o PPC do Curso de Pedagogia da UFFS.

Na categoria i, que trata do "Planejamento e Avaliação Institucional", a UNESCO (1998, p. 6) cita, no artigo 11 (Avaliação da Qualidade), que "uma auto-avaliação interna transparente e uma revisão externa com especialistas independentes, se possível com reconhecimento internacional, são vitais para assegurar a qualidade". Nessa categoria, o SINAES abrange o Planejamento e a Autoavaliação, incluindo, também, um Relato Institucional[39], que recebeu ênfase, tornando-se um importante instrumento para analisar os

[39] "De forma distinta dos relatórios de autoavaliação institucional elaborados pela CPA que materializam a avaliação interna, o Relato Institucional - RI tem por objetivo evidenciar como os processos de gestão institucional se desenvolvem a partir das avaliações externas e das avaliações internas (ANEXO 2 – ATA da 112ª RO CONAES de 09 de dezembro de 2014)". Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17007-ata-conaes-111-022015-anexo-02&category_slug=fevereiro-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 nov. 2017.

processos de avaliação e definição de metas, das Instituições de Educação Superior. Além disso, esse Relato "[...] descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação" (BRASIL, 2014, p. 3).

Nesse entendimento, tanto o Estado quanto a comunidade possuem responsabilidades no que se refere à regulação e à avaliação, cabendo ao Estado supervisionar e regular a Educação Superior para fins de planejamento, bem como assegurar a qualidade do sistema e às IES cabe a função de assegurar a qualidade da Educação Superior, de modo geral.

> Para isso, precisa estabelecer clara e democraticamente a sua política e, para viabilizá-la, os seus aparatos normativos de controle, fiscalização, supervisão, bem como os meios para implementá-los. Seu papel não se limita à regulação no sentido do controle burocrático e ordenamento; compete-lhe também avaliar a educação superior de modo a fornecer elementos para a reflexão e propiciar melhores condições de desenvolvimento. Cabe aos organismos de governo e às instituições educativas elaborar diagnósticos gerais sobre a qualidade, a relevância social e científica, a eqüidade, a democratização do acesso, o desenvolvimento da produção científica, artística e tecnológica, a formação segundo os critérios do trabalho e da cidadania etc., no âmbito da educação superior (BRASIL, 2003, p. 64).

Em relação a essa categoria, o PDI da UFFS menciona que o instrumento para planejamento e acompanhamento da avaliação é o Plano Plurianual – PPA, o qual "[...] organiza as ações institucionais na busca de um melhor desempenho da administração da instituição no alcance dos objetivos e metas" (UFFS, 2012, p. 48). Além disso, "a gestão do PPA busca o aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do Planejamento Institucional da UFFS e da gestão administrativa e pedagógica, observando os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade" (UFFS, 2012, p. 49). Ainda, no PDI (UFFS, 2012, p. 107) consta a referência aos indicadores de qualidade do SINAES, ao descrever que "a questão da avaliação institucional na UFFS tem como referência os princípios e diretrizes fixadas pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior no Brasil, SINAES", que compreende os "[...] processos de regulação com os de avaliação, considerando este último base ou referência para o desenvolvimento do primeiro". Complementarmente, na UFFS, a avaliação "[...] deve se constituir não apenas como uma prerrogativa legal/administrativa, mas

---

"O Relato Institucional é considerado uma inovação no Instrumento de Avaliação Institucional Externa que passa a ser avaliado no eixo 1 (Planejamento e Avaliação). Nele deverá conter um relato avaliativo do PDI e, especialmente, uma síntese histórica dos processos de avaliação interna e externa da IES e de seu planejamento, bem como as ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações, conforme o inciso VIII, do artigo 3º, da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004" (BRASIL, 2014, p. 3).

como uma convicção teórico-metodológica, pautada nos pressupostos da autocrítica e da auto-avaliação permanentes como condição de autonomia e responsabilidade acadêmica", avaliando não somente "[...] as ações e seus resultados objetivos, as metas e os indicadores de sua realização", mas "[...] também os pressupostos que orientam tais ações, os fundamentos teórico-filosóficos que as sustentam, as metodologias que as põem em curso, as concepções lhe dão sustentação" (UFFS, 2012, p. 108). Enfim, "a avaliação consiste na análise dos Desafios Temáticos com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação" (UFFS, 2012, p. 49).

Da mesma maneira,

> é preciso avaliar, em seu sentido mais amplo, o impacto da universidade no seu entorno, na sua região, e na vida das populações que constituem sua razão de existência. É preciso, portanto, fazer da avaliação, em todos os sentidos, uma postura institucional capaz de permear toda e qualquer ação, o que implica em incorporar, mais do que a prática, a postura da avaliação como algo inerente ao próprio fazer acadêmico cotidiano. E isso só é possível mediante a incorporação dos pressupostos da autocrítica e da auto-avaliação por todos os servidores em por todas as instâncias de ação e deliberação institucionais (UFFS, 2012, p. 108).

Os questionários da CPA da UFFS, denominados Autoavaliação Institucional (dirigido a todos os segmentos da instituição) e Autoavaliação de Cursos de Graduação (dirigido aos Estudantes), também possuem como base os indicadores de qualidade do SINAES, referenciados nas categorias de análise em estudo. O questionário que tem foco na Avaliação Institucional dimensiona 44 indicadores[40], com perguntas objetivas, divididos nas cinco categorias de análise. Esse questionário é abrangente, sendo respondido por servidores (docentes e técnico-administrativos) e estudantes (graduação e pós-graduação). Já, o questionário de Autoavaliação de Cursos de Graduação possui 32 indicadores[41], com perguntas objetivas, sendo respondido apenas pelos estudantes e não separa os indicadores por eixo. Analisando informações contidas no relatório da CPA, foi possível categorizar os indicadores[42] desse questionário, separando-os nos cinco eixos de análise do SINAES. Para melhor visualização de como essas categorias aparecem nos questionários são elaborados quadros, os quais descrevem os indicadores de qualidade relativos a cada um dos eixos em

[40] Além das perguntas objetivas, o questionário possui 3 questões abertas, porém como os gráficos constantes no relatório apontam apenas o resultado das questões objetivas, somente essas estarão presentes nos quadros de referência.
[41] Além das perguntas objetivas, o questionário possui 5 questões abertas, porém como os gráficos constantes no relatório apontam apenas o resultado das questões objetivas, somente essas estarão presentes nos quadros de referência.
[42] Esses indicadores seguem a numeração constante no questionário da CPA, a fim de poder relacionar com os resultados presentes no relatório.

análise no desenvolvimento desse trabalho. Os indicadores que fazem parte da categoria "Planejamento e Avaliação Institucional" são representados nos quadros abaixo, os quais ilustram os dois questionários:

Quadro 4: Categoria "Planejamento e Avaliação Institucional" (Eixo 1 do SINAES)

Autoavaliação Institucional – todos os segmentos
1) Atuação da Comissão Própria de Avaliação da UFFS no diagnóstico e encaminhamento dos problemas.
2) Divulgação, pela Comissão Própria de Avaliação, dos resultados do processo avaliativo para a Comunidade Interna e Externa

Fonte: CPA (UFFS, 2017).

Autoavaliação de Cursos de Graduação – Estudantes
1) Encontro-me satisfeito/a com o Curso.
3) O Projeto Pedagógico do Curso é apresentado e explicado.
4) Os Planos de Ensino são apresentados e explicados.

Fonte: Quadro de separação de indicadores por eixo elaborado pela autora, de acordo com dados do relatório da CPA (UFFS, 2017).

A CPA da UFFS (2017, p. 20) expressa, em seu relatório, que o Programa de Auto Avaliação Institucional – PROAVALIAÇÃO[43] – possui "uma estrutura matricial baseada no SINAES", ou seja, a organização dos mecanismos de avaliação em eixos/dimensões"[44], sobre a categoria "Planejamento e Avaliação Institucional", a comissão aponta que a UFFS possui dois procedimentos para planejamento e avaliação institucionais. Um deles é o Plano Plurianual – PPA[45] e o outro o PROAVALIAÇÃO. O PROAVALIAÇÃO se dá por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA, respaldada pela Lei nº 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, em abril de 2004 (UFFS, 2017).

A partir das orientações do SINAES, de assegurar padrões de avaliações institucionais, por meio das CPAs, as universidades brasileiras passaram a ocupar um degrau diferenciado, "[...] desde a última década, atribuindo aos processos avaliativos novos espaços, funções e papéis" (UFFS, 2017, p. 21). Seguindo essas diretrizes, a CPA da UFFS tem trabalhado para instigar o interesse da Comunidade Universitária "[...] para a construção de práticas de autoavaliação baseadas num movimento contínuo, por meio do qual uma instituição constrói

[43] "Tem como objetivo geral criar e consolidar uma cultura de autoavaliação na UFFS com viés emancipatório, a partir da análise detalhada das condições do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, tendo em vista subsidiar os processos de planejamento interno e avaliações externas, assim como contribuir para a tomada de decisão coletiva mais qualificada sobre a Instituição" (UFFS, 2017, p. 17).

[44] "Dimensões são agrupamentos de grandes traços ou características referentes aos aspectos institucionais sobre os quais se emite juízo de valor e que, em seu conjunto, expressam a totalidade da instituição. Neste instrumento, as dimensões consideradas são as dez dimensões do SINAES" (BRASIL, 2006, p. 38).

[45] "O PPA é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma unificada, as diretrizes, objetivos e metas da: Administração Pública Federal; do PNE 2014-2024; da UFFS. A partir desse instrumento, busca-se o aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do Planejamento Institucional da UFFS e da gestão administrativa e pedagógica, observando os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade" (UFFS, 2017, p. 15). Esse procedimento não é objeto de estudos desse TCC.

conhecimento sobre sua própria realidade e se apropria dele, com maior consciência social e profissional" (UFFS, 2017, p. 22).

Para atender aos princípios inerentes a sua criação, a CPA "[...] entende que a avaliação institucional deve ser tecnicamente competente e politicamente legítima e, para tanto, alguns conceitos são fundamentais na estruturação do próprio processo avaliativo. São eles: integração, participação, colaboração e articulação", os quais "[...] orientarão o cumprimento dos compromissos e responsabilidades assumidos pela UFFS" (UFFS, 2017, p. 22). Além disso, os sistemas de avaliação possibilitam que a instituição defina os rumos que deve seguir a fim de alcançar os objetivos e metas propostas, sem ficar limitada aos índices de produtividade e de eficácia ou à soma de serviços prestados. "Portanto, a avaliação comporta aspectos técnicos, éticos e políticos e traz à tona um debate crucial sobre o lugar ocupado pela gestão e pelas políticas de ensino, pesquisa e extensão, matizadas por diferentes posições ontológicas, epistemológicas e ideológicas" (UFFS, 2017, p. 22). Portanto,

> ao assumir a AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, como essencial nas dinâmicas processuais administrativas e acadêmicas, a UFFS reconhece a relevância e a premência dos processos avaliativos, sob a ótica de sua responsabilidade geopolítica perante o poder público e a sociedade (local, regional e nacional) na constituição de um trabalho de registro com viés analítico e cartográfico (UFFS, 2017, p. 6).

O PPC do Curso de Pedagogia traz, em seu texto, que o controle da qualidade do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, bem como do desempenho dos acadêmicos[46] acontece, de forma prioritária, por meio da Avaliação Institucional. De acordo com o PPC (2010), essa avaliação se desenvolve em três modalidades denominadas: avaliação interna, avaliação externa e avaliação integrada. O PPC do Curso leva em conta a análise dos relatórios com os resultados das autoavaliações, aplicados a todos os segmentos da instituição (discentes, docentes e técnicos-administrativos).

A avaliação interna, também chamada de autoavaliação, é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)[47], a qual foi constituída a partir da Lei n º 10.861, de 14 de abril

[46] O desempenho dos acadêmicos é aferido pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, contudo, esse tema não faz parte do objeto de estudo desse TCC. De acordo com o MEC: "o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes avalia o conhecimento dos alunos em relação ao conteúdo previsto nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades e competências. Participam do exame os alunos ingressantes e concluintes dos cursos avaliados. Os resultados do ENADE são considerados na composição de índices de qualidade relativos aos cursos e às instituições (como o CPC e o IGC)". Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4316-livretoqualidadeducacao&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 06 out. 2017.

[47] "Compete à CPA, a coordenação, condução e articulação do processo de avaliação institucional da UFFS, bem como a sistematização e prestação de informações para subsidiar as avaliações do INEP/MEC e as políticas da

de 2004. A CPA segue as diretrizes e o roteiro de autoavaliação institucional recomendados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), além dos instrumentos próprios que abrangem as peculiaridades da Universidade, a fim de acompanhar a qualidade das ações produzidas nos cursos de graduação e do desempenho dos estudantes. A avaliação externa é feita por comissões especializadas, que são designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tendo como orientação os padrões de qualidade para a Educação Superior definidos nos mecanismos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

E, a avaliação integrada pretende sintetizar os resultados das avaliações externa e interna com os componentes curriculares das disciplinas, a fim de "[...] produzir uma reflexão suficiente para, de um lado desenvolver as estratégias necessárias à aplicação dos indicativos das outras duas avaliações (externa e interna) e também subsidiar a avaliação periódica do PPC" (UFFS, 2010, p. 155). Sobre a categoria "Planejamento e Avaliação Institucional", consta no PPC do Curso de Pedagogia que essas três formas de avaliação possibilitarão a "[...] visualização integrada das diversas dimensões enfocadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos para a reflexão, análise e planejamento institucional, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo curso de Pedagogia" (UFFS, 2010, p. 156).

A partir da linha de avalição traçada pela UNESCO e detalhada pelo SINAES, pode-se verificar, nessa categoria de análise "Planejamento e Avaliação Institucional", que a UFFS buscou elaborar os documentos internos de modo que o planejamento e a avaliação institucional pudessem, de forma geral, corresponder às indicações internacionais e às diretrizes legislativas nacionais. Além disso, a observação constante no PPC do Curso de Pedagogia da UFFS (2010) sobre a avaliação integrada, a qual sintetiza os resultados das avaliações externa e interna com a avaliação dos componentes curriculares das disciplinas, endossa a hipótese de que os indicadores das avaliações externa e interna interferem nos processos institucionais, posto que o resultado da avaliação integrada leva a reflexões para desenvolver estratégias relevantes para aplicação desses indicativos, e, posteriormente, amparar as avaliações periódicas do PPC e, consequentemente, da grade curricular do curso.

Referente à segunda categoria, "Desenvolvimento Institucional", a UNESCO (1998, p. 2) afirma que "[...] as missões e valores fundamentais da educação superior, em particular a

---

UFFS. Na gestão 2015-2017, a CPA está composta por 43 membros, 24 titulares e 19 suplentes. Enquanto tal está inserida numa realidade institucional multicampi e compreende, a priori, a importância estratégica no uso de ferramentas para autoavaliação que levem em consideração, como cenário vivencial e, portanto, dinâmico, as expectativas da sociedade e as relações que se estabelecem entre estas e os objetivos propostos pela Instituição" (UFFS, 2017, p. 19).

missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento da sociedade como um todo, devem ser preservados, reforçados e expandidos". Nessa mesma perspectiva, o SINAES contempla a Missão, o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Responsabilidade Social da Instituição, destacando a "diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural". Além disso, cita que é necessária a "[...] coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social e Coerência entre o PDI", bem como "[...] ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico racial" (BRASIL, 2014, p. 5).

O SINAES complementa que "[...] a educação é um direito e um bem público", portanto, "[...] a missão pública da Educação Superior é formar cidadãos, profissional e cientificamente competentes e, ao mesmo tempo, comprometidos com o projeto social do país" (BRASIL, 2003, p. 7). Desse modo, é preciso "[...] que as IES avaliem, periodicamente, o cumprimento de sua missão institucional, a fim de favorecer as ações de melhoramento, considerando os diversos formatos institucionais existentes" (BRASIL, 2003, p. 73). Essa missão é matéria de Estado, portanto, "[...] concebe-se a avaliação como um processo que procede sem desdobramentos de natureza controladora ou de fiscalização. Com transparência, no entanto, posto que ao Estado cabe garantir aos cidadãos a plena informação, por meio de variadas modalidades de aferição, sobre a qualidade, responsabilidade, dedicação acadêmica das instituições de ensino" (BRASIL, 2003, p. 92).

No PDI da UFFS, a categoria "Desenvolvimento Institucional" está prevista na gestão do Plano Plurianual (PPA), que consiste em associar "[...] os meios necessários para viabilizar a consecução de Objetivos, Iniciativas, Ações e Metas da Universidade declarados no plano, assegurando o desenvolvimento institucional e o acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas" da Educação Superior (UFFS, 2012, p. 49). Ainda, em relação à missão e à responsabilidade social contempladas nas dimensões do SINAES inclusas nessa categoria de análise, o PDI (UFFS, 2012, p. 12) destaca que

> a UFFS, universidade pública, popular, gratuita e democrática e, de acordo com seu histórico e contexto de implantação, uma instituição multicampi, interestadual e interiorana, tem como Missão contribuir para que a produção do conhecimento científico e a inovação tecnológica façam parte de um projeto de desenvolvimento que priorize a formação humana, a inclusão social e a preservação das riquezas naturais, combatendo as desigualdades regionais e garantindo o acesso à formação superior na própria região.

Essa categoria de análise "Desenvolvimento Institucional" aparece nos questionários da CPA, por meio das seguintes perguntas:

Quadro 5: Categoria "Desenvolvimento Institucional" (Eixo 2 do SINAES)

Autoavaliação Institucional – todos os segmentos
3) Oferta de cursos que atendam as necessidades sociais de desenvolvimento regional.
4) Conhecimento da comunidade sobre os projetos da Universidade voltados ao desenvolvimento social.
5) Relação entre a UFFS e os demais setores públicos e privados.
6) Desenvolvimento de ações que tenham como base a sustentabilidade.
7) Atividades de preservação da memória cultural, artística e do patrimônio cultural.
8) Coerência entre a missão institucional, as metas e objetivos do PDI com os resultados alcançados.

Fonte: CPA (UFFS, 2017).

Autoavaliação de Cursos de Graduação – Estudantes
15) A cultura local e regional é valorizada nas atividades propostas.
16) As atividades realizadas pelo Curso estão inseridas no desenvolvimento da Cidade e Região.

Fonte: Quadro de separação de indicadores por eixo elaborado pela autora, de acordo com dados do relatório da CPA (UFFS, 2017).

No relatório da CPA, a categoria em análise "Desenvolvimento Institucional" contempla a inserção na Mesorregião[48] Grande Fronteira do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL; a missão, os objetivos e os compromissos assumidos; os princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas; o alinhamento entre a Comunidade Universitária e a Regional, bem como a responsabilidade social. Desse modo, para assegurar o desenvolvimento institucional,

> o esforço coletivo de tomadas de decisões pela manutenção do caráter democrático, público e popular da UFFS, envolve fortes relações com a comunidade universitária e regional, fato esse que se faz presente na raiz do próprio movimento que concretiza a Universidade e reverbera na construção do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2012-2016, da UFFS (UFFS, 2017, p. 25).

Conforme o PPC do Curso de Pedagogia, no âmbito regional a UFFS (2010, p. 23) "[...] visa à democratização do acesso à educação superior; interiorização das Universidades Federais e ampliação da presença da Universidade Pública" Nesse viés, a UFFS desempenha um "[...] importante elemento democratizante que oportunizará a sujeitos historicamente excluídos da educação superior o acesso a um curso de qualidade, público e gratuito, coadunando-se ao princípio da Universidade", diminuindo as desigualdades sociais, facilitando o acesso e permanência dos estudantes na Educação Superior (UFFS, 2010, p. 23). Dentre outras expectativas, o PPC do Curso de Pedagogia da UFFS (2010) destaca que a responsabilidade social é uma das características esperadas do perfil do egresso. A respeito da inclusão social, o PPC do Curso de Pedagogia da UFFS compreende que

[48] "A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul compreende 396 municípios, sendo 223 no norte do Rio Grande do Sul, 131 no oeste de Santa Catarina e 42 no sudoeste do Paraná". Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=2791b4ac-40df-4fe2-b44f-6a05542052c0&groupId=63635>. Acesso em: 03 jan. 2018).

> a oferta de um curso de Pedagogia em uma Universidade Pública e gratuita nesta região é parte integrante da estratégia de expansão da rede de ensino superior e consequente processo de inclusão social, constituindo-se, assim, em importante elemento de desenvolvimento sócio-econômico regional e de produção de conhecimento científico (UFFS, 2010, p. 23).

Conforme indica a categoria de análise "Desenvolvimento Institucional", é imprescindível que as Instituições de Educação Superior (IES) sigam a missão para a qual foram constituídas, tenham responsabilidade social e ambiental, bem como cumpram com os demais objetivos a que se propõem para atuarem de forma abrangente. Nesse sentido, a partir da análise documental, pode-se evidenciar que a UFFS implementou metas para cumprir com seus objetivos de oferecer uma educação gratuita e de qualidade, facilitando o acesso gratuito das camadas sociais desfavorecidas. Desse modo, a UFFS busca adequar-se aos parâmetros de avaliação apontados pela UNESCO e aos indicadores de qualidade contemplados pelo SINAES.

No que tange à terceira categoria, "Políticas Acadêmicas", a UNESCO traz à reflexão que a Educação Superior, independentemente do local, enfrenta desafios/dificuldades em relação ao financiamento, às condições de ingresso e permanência nos cursos, a melhores condições de trabalho de seu pessoal, treinamento, "[...] ao desenvolvimento e manutenção da qualidade no ensino, pesquisa e serviços de extensão, à relevância dos programas oferecidos, à empregabilidade de formandos e egressos, e acesso eqüitativo aos benefícios da cooperação internacional" (UNESCO, 1998, p. 1). Nesse sentido, conforme Recomendação da Conferência Geral da UNESCO, de novembro de 1997, tanto as IES quanto os servidores e estudantes devem "[...] desfrutar de liberdade acadêmica e autonomia plenas, vistas como um conjunto de direitos e obrigações, sendo simultaneamente responsáveis com a sociedade e prestando contas à mesma" (UNESCO, 1998, p. 3). Portanto, é preciso orientar os estudantes na transição para a Educação Superior independentemente da idade, tendo em vista que a diversidade dos educandos está cada vez maior. Além dos que ingressam nas Universidades oriundos "[...] de escolas ou estabelecimentos de ensino, deve-se ter em conta as necessidades dos que abandonam a educação ou retornam a ela em um processo de educação continuada. Este apoio é importante para assegurar uma boa adaptação de estudantes aos cursos, reduzindo assim a evasão escolar" (UNESCO, 1998, p. 3). Além disso, é necessário oferecer condições adequadas aos estudantes que abandonaram os estudos para que possam reingressar na Educação Superior quando lhes parecer tempestivo.

Por sua vez, o SINAES abrange, nessa categoria sobre "Políticas Acadêmicas", as seguintes dimensões: Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão; Comunicação com a Sociedade e Políticas de Atendimento aos Discentes, trazendo como foco

> atividades de extensão e ações de intervenção social – vinculação com a sociedade. O valor educativo da extensão, sua integração com o ensino e a pesquisa, políticas de extensão e sua relação com a missão da universidade, transferências de conhecimento, importância social das ações universitárias, impactos das atividades científicas técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional, relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho, participação de alunos, iniciativas de incubadoras de empresas, capacidade de captação de recursos, pertinência e eqüidade, ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, programas de atenção a setores sociais etc... (BRASIL, 2003, p. 90).

Em complemento a essas observações, o SINAES (BRASIL, 2003, p. 15) pontua que "[...] os custos do ensino superior, tanto em termos absolutos como relativos, tornam-se cada vez mais elevados" e, portanto, cabe ao Estado informar e prestar contas à sociedade sobre a qualidade e a abrangência dos serviços prestados pelas IES, no que se refere ao ensino, à pesquisa e à extensão. "Em função disso, tem sido reforçada a concepção e prática de avaliação segundo a qual a função de regulação e controle predomina sobre a de formação e emancipação institucional". Desse modo, a avaliação é "[...] uma atividade essencial para o aperfeiçoamento acadêmico, a melhoria da gestão universitária e a prestação de contas de seu desempenho para a sociedade" (BRASIL, 2003, p. 15). Por fim, o SINAES "[...] atribui em seus critérios de análise: programas de apoio aos estudantes estrangeiros e programas de acolhimento ao ingressante" (BRASIL, 2014, p. 5).

No PDI da UFFS (2012), as políticas de ensino, pesquisa e extensão também se destacam. Em relação ao ensino, o PDI prevê uma atualização constante das grades curriculares a fim de suprir as necessidades da localidade de inserção das instituições, em consonância com a realidade global, de acordo com o que é estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais. As políticas e diretrizes do ensino de graduação "[...] fundamentam-se, principalmente, na interdisciplinaridade e na formação do sujeito na sua integralidade, tendo como principais indicadores a articulação entre as áreas do conhecimento, qualidade das relações interpessoais e socialização do conhecimento" (UFFS, 2012, p. 27). Nesse viés,

> as políticas de ensino, em sintonia com as políticas de pesquisa e extensão institucionais, atuam permanentemente em prol da expansão de vagas, da oferta de novos cursos e na adequada utilização da infraestrutura existente no âmbito da UFFS, em vistas a oferecer elementos que concretizem a relação das atividades de ensino com as necessidades do entorno da UFFS (UFFS, 2012, p. 27).

Sendo a constituição da UFFS resultado de muitas lutas da comunidade regional, nacional e dos movimentos sociais, são desafios da instituição as atividades de Pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento, em sintonia com os interesses e as necessidades das comunidades envolvidas (UFFS, 2012). O resultado dessas produções precisa atingir o público-alvo. Nesse contexto, "as Diretrizes da Comunicação possuem como parâmetro fundamental a missão da Universidade Federal da Fronteira Sul, colocando-se a serviço de sua divulgação" (UFFS, 2012, p. 62). A comunicação possui como foco principal que a missão da instituição seja visível, de forma a ampliar o relacionamento com o público de interesse (UFFS, 2012). Outro fator que corresponde a essa categoria de análise são as políticas de atendimento aos discentes. Nessa perspectiva, a UFFS tem como objetivos principais:

> reduzir as taxas de retenção e evasão; assegurar condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal; e, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior. Nesse contexto, o aprimoramento e a criação de ações no que concerne à política de atendimento aos discentes será constante, e as atividades serão reguladas por editais específicos (UFFS, 2012, p. 82).

Para mensurar esses indicadores, o resultado dos questionários parece ser um bom instrumento para medir o grau de satisfação e promover adequações nas políticas estudantis. Os quadros abaixo trazem as questões presentes no Eixo 3 do SINAES sobre as "Políticas Acadêmicas":

Quadro 6: Categoria "Políticas Acadêmicas" (Eixo 3 do SINAES)

Autoavaliação Institucional – todos os segmentos
9) Coerência entre a concepção de currículo e a organização didático-pedagógica, em função da razão pela qual a instituição foi criada e as diretrizes curriculares do MEC.
10) Adequação das atividades pedagógicas como promotoras de processos participativos e dialógicos de construção do conhecimento.
11) Desenvolvimento de ações que promovam interdisciplinaridade, inovações didático-pedagógicas e uso das novas tecnologias no ensino.
12) Contribuições das pesquisas para o desenvolvimento local/regional.
13) Estímulo institucional à organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais.
9) Coerência entre a concepção de currículo e a organização didático-pedagógica, em função da razão pela qual a instituição foi criada e as diretrizes curriculares do MEC.
10) Adequação das atividades pedagógicas como promotoras de processos participativos e dialógicos de construção do conhecimento.
11) Desenvolvimento de ações que promovam interdisciplinaridade, inovações didático-pedagógicas e uso das novas tecnologias no ensino.
12) Contribuições das pesquisas para o desenvolvimento local/regional.
13) Estímulo institucional à organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais.
14) Estímulo institucional à formação de grupos de pesquisa.
15) Atendimento das demandas, principalmente regionais, pela política institucional de investigação e difusão das produções científicas.
16) Estímulo à participação discente em atividades de pesquisa.
17) Integração entre graduação e pós-graduação.
18) Articulação das atividades de extensão com as ações de ensino e pesquisa.
19) Estímulo à participação dos estudantes nas atividades de extensão.
20) Adequação e efetividade dos mecanismos de comunicação institucional na aproximação com a comunidade interna dos campi.
21) Adequação e efetividade dos mecanismos de comunicação institucional na aproximação com a comunidade Externa.
22) Clareza dos critérios utilizados para a concessão de bolsas e auxílios.
23) Ações pedagógicas para garantia da permanência dos estudantes na Instituição.

Fonte: CPA (UFFS, 2017).

Autoavaliação de Cursos de Graduação – Estudantes
6) A integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão é visível no Curso.
7) Há articulação entre os Componentes Curriculares dos domínios comum, conexo e específico.
8) A presença dos componentes curriculares do domínio comum é adequada à formação.
9) A presença dos componentes curriculares do domínio conexo é adequada à formação.
10) A presença dos componentes curriculares do domínio específico é adequada à formação.
11) Os Componentes Curriculares contribuem para os processos de tomada de decisão e resolução de problemas em relação à prática profissional (do Curso).
12) As atividades de laboratório contribuem efetivamente para a formação no Curso.
13) O trabalho de campo (atividades práticas) é adequado.
14) Os estágios curriculares são proveitosos.
17) A participação em grupos de estudo, projetos de pesquisa, atividades de extensão ou afins (relacionadas ao Curso) é estimulada no Campus.

Fonte: Quadro de separação de indicadores por eixo elaborado pela autora, de acordo com dados do relatório da CPA (UFFS, 2017)

Nessa categoria de análise "Políticas Acadêmicas", o relatório da CPA expressa que "[...] a avaliação comporta aspectos técnicos, éticos e políticos e traz à tona um debate crucial sobre o lugar ocupado pela gestão e pelas políticas de ensino, pesquisa e extensão, matizadas por diferentes posições ontológicas, epistemológicas e ideológicas" (UFFS 2017, p. 22). De

modo geral, “este eixo tem como propósito avaliar as políticas institucionais relacionadas às atividades acadêmicas da Universidade, perpassando pelo Ensino, Pesquisa e Extensão, pela comunicação com a sociedade e pelas políticas de atendimento aos discentes”, ou seja, essas políticas contemplam “[...] a concepção de currículo e a organização didático-pedagógica, as diretrizes da comunicação com a comunidade acadêmica e externa e as diversas ações nas áreas de assistência estudantil e vivência universitária” (UFFS, 2017, p. 46). A CPA traz o mesmo apontamento do PDI em relação às Diretrizes de Comunicação, as quais

> [...] possuem como parâmetro fundamental a missão da Universidade Federal da Fronteira Sul, colocando-se a serviço de sua divulgação. Por isso, as atividades desenvolvidas dizem respeito à comunicação institucional. O principal foco da comunicação é que a missão da instituição torne-se visível e seja apropriada pelos públicos de interesse (UFFS, 2017, p. 95).

Conforme consta no PPC (UFFS, 2010, p. 30), o Curso de Pedagogia participará de maneira significativa “na integração entre ensino, pesquisa e extensão, buscando a construção de um processo educacional, fundado na elaboração/reelaboração de conhecimentos, objetivando a apreensão e intervenção na realidade, enquanto uma totalidade dinâmica e contraditória”. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão do Curso de Pedagogia é um instrumento para fomentar as atividades acadêmicas dando vigor

> [...] à instituição universitária, tornando seu fazer mais próximo das urgências contemporâneas. Articulado e organizado a partir de princípios isonômicos, o tripé da educação superior permite que o ensino seja realizado de maneira multilateral e horizontal; que a pesquisa se desenvolva com vistas às necessidades sociais e coerentes com princípios éticos; e que a extensão se construa de modo a coadunar saberes (UFFS, 2010, p. 157).

Além das atividades baseadas nesse tripé, a grade curricular da graduação está organizada em torno de um Domínio Comum (disciplinas que deverão ser cursadas por todos os estudantes dos cursos de licenciatura e de bacharelado), um Domínio Conexo (conjunto de disciplinas que se situam em espaço de interface de vários cursos, sem, no entanto, poderem ser caracterizadas como exclusivas de um ou de outro curso, mas que ofertam disciplinas que são comuns aos cursos de licenciatura e aos de bacharelado) e um Domínio Específico (conjunto de disciplinas nitidamente identificadas como próprias de um determinado Curso e fortemente voltadas à sua dimensão profissionalizante, isto é, às habilidades, competências e conteúdos especificamente definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais). Essa forma de organização do currículo objetiva “[...] assegurar que todos os estudantes da UFFS recebam uma formação ao mesmo tempo cidadã, interdisciplinar e profissional, possibilitando

aperfeiçoar a gestão da oferta de disciplinas pelo corpo docente e, como consequência, ampliar as oportunidades de acesso à comunidade" (UFFS, 2010, p. 16).

No que se refere à comunicação, o PPC do Curso de Pedagogia da UFFS busca estabelecer um sistema que utilize modernas tecnologias de informação e comunicação simultâneas, a fim de integrar as bibliotecas e a área arquivística de todos os *Campi* da instituição, mantendo as informações sempre atualizadas. "Visa, sobretudo, manter o compromisso com a democratização do acesso à informação de forma equitativa, respeitando a ética, os valores humanos, a sustentabilidade e a inclusão social" (UFFS, 2010, p. 172). E, referente às Políticas de Atendimento aos Discentes, a Comissão de Implantação da UFFS decidiu usar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no processo seletivo, incluindo cotas para quem estudou sempre em escolas públicas, a fim de cumprir o propósito apresentado no Projeto Pedagógico Institucional – PPI[49] combater as desigualdades sociais e regionais, tanto em relação ao acesso quanto à permanência dos estudantes na Educação Superior (UFFS, 2010).

Referente a essa categoria de análise, "Políticas Acadêmicas", a fim de democratizar o acesso, a UFFS implementou o ingresso de estudantes a partir do ENEM, o que facilitou o acesso aos estudantes de várias regiões do Brasil. Torna-se oportuno destacar a observação da UNESCO de que as Instituições de Educação Superior enfrentam barreiras relacionadas ao financiamento, ao ingresso e à permanência dos estudantes nos cursos, independentemente do local em que estão instaladas. Contudo, as restrições regionais não são levadas em conta no momento das avaliações externas ao considerar o número de matrículas por curso no cálculo do Índice Geral de Cursos (IGC[50]), que é calculado com base no Conceito Preliminar de

[49] "O Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Federal da Fronteira Sul tem como princípios norteadores: 1. Respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento simultâneo do ensino, da pesquisa e da extensão; 2. Integração orgânica das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a origem da instituição; 3. Atendimento às diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, estabelecidas pelo Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, cujo principal objetivo é coordenar os esforços de todos os entes federados no sentido de assegurar a formação de docentes para a educação básica em número suficiente e com qualidade adequada; 4. Qualidade comprometida com a formação de cidadãos conscientes e compromissados com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País; 5. Democracia e autonomia, que respeitem a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais; 6. Combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; 7. Confiança na agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento; 8. Valorização e superação da matriz produtiva existente como premissa; 9. Garantia de uma universidade pública e popular; 10. Comprometimento com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todos". Disponível em: http://historico.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=87&Itemid=825. Acesso em: 03 dez. 2017.

[50] "O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) é um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior. Seu cálculo é realizado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos: média dos CPCs do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de

Curso (CPC[51]). Um baixo conceito no IGC pode resultar no indeferimento[52] do pedido de autorização[53] de funcionamento de um curso. Em virtude disso, pode-se afirmar que as políticas de avaliação externa repercutem diretamente na manutenção dos cursos de graduação.

A quarta categoria trata das "Políticas de Gestão" e, sobre esse tema, a UNESCO (1998, p. 7) contempla que

> a gestão e o financiamento da educação superior requerem o desenvolvimento de capacidades e estratégias apropriadas de planejamento e análise de políticas, com base em parcerias estabelecidas entre instituições de educação superior e organismos nacionais e governamentais de planejamento e coordenação, a fim de garantir uma gestão devidamente racionalizada e o uso efetivo e financeiramente responsável de recursos. As instituições de educação superior devem adotar práticas de gestão com uma perspectiva de futuro que responda às necessidades dos seus contextos. Os administradores da educação superior devem ser receptivos, competentes e capazes de avaliar permanentemente, por meio de mecanismos internos e externos, a eficiência dos procedimentos e regulamentos administrativos.

Sobre essa categoria, o SINAES trata das Políticas de Pessoal, da Organização e Gestão da Instituição e da Sustentabilidade Financeira, com o objetivo de "avaliar se predominam na gestão as finalidades educativas (formação de cidadãos e produção de conhecimentos) ou as rotinas burocráticas" (BRASIL, 2003, p. 91). Além disso, é preciso avaliar tanto a administração geral, quanto os setores principais, os meios de gestão que são utilizados no cumprimento dos objetivos e projetos da Instituição e as relações profissionais. Também necessitam de avaliação as estratégias na tomada de decisões a fim de averiguar se elas estão ou não favorecendo "[...] a conscientização dos papéis específicos, as relações sociais de trabalho, a promoção de valores e mecanismos de desenvolvimento institucional"

---

matrículas em cada um dos cursos computados; média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela CAPES na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes; distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu, excluindo as informações do item II para as instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu" (BRASIL, 2015, s.p.).

[51] Os cursos que não tiveram pelo menos dois estudantes concluintes participantes não têm seu CPC calculado, ficando Sem Conceito (SC). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/conceito-preliminar-de-curso-cpc->. Acesso em: 20 nov. 2017.

[52] De acordo com o Art. 5º da Portaria Normativa n° 10/2009 do MEC, "na hipótese de CI e IGC inferiores a 3 (três), cumulativamente, a autorização de cursos poderá ser indeferida independentemente de visita de avaliação in loco" (BRASIL, 2009, p. 325).

[53] Nos pedidos de autorização de cursos superiores, na modalidade presencial, os objetivos da avaliação in loco poderão ser considerados supridos, dispensando-se a visita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, por decisão a Secretaria de Educação Superior -SESu ou Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, após análise documental, mediante despacho fundamentado, se a instituição de educação superior tiver obtido avaliação satisfatória, expressa no conceito da avaliação institucional externa - CI e no Índice Geral de Cursos - IGC mais recentes, iguais ou superiores a 3 (três), cumulativamente (BRASIL, 2009, p. 324).

(BRASIL, 2003, p. 91). Ainda, dentre outros, deve ser avaliado o perfil e a capacitação do pessoal administrativo, bem como as políticas de melhoria da qualidade de vida e da qualificação profissional, além do orçamento da instituição em relação à eficiência e a eficácia no emprego dos recursos (BRASIL, 2003).

No que se refere às Políticas de Gestão, conforme expresso no PDI (UFFS, 2012, p. 47), compete à UFFS as "[...] responsabilidades ou atribuições a serem executadas para atender às demandas dos seus beneficiários diretos e indiretos" as quais estão contempladas na Lei de Criação da instituição e no seu Estatuto. Essas principais responsabilidades estão contidas nas atividades fins: o ensino, a pesquisa e a extensão. "Para gerenciamento e atendimento dessas grandes responsabilidades, estas são traduzidas em linhas de atuação que, nas políticas de gestão e planejamento da UFFS, sintetizam-se nos Desafios apresentados no Plano Plurianual (PPA) da instituição" (UFFS, 2012, p. 47-48).

Em relação às Políticas de Pessoal, a UFFS tem por objetivo:

> Promover a qualificação e requalificação de pessoal com vistas à finalidade da melhoria continuada dos processos de trabalho dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. Analisar alternativas para realização de cursos no formato MINTER e DINTER[54], voltados aos servidores da instituição. Aprovar e implantar política de afastamento para qualificação de servidores docentes e técnicos-adimistrativos (UFFS, 2012, p. 52).

Referente à responsabilidade financeira, a UFFS é uma autarquia que está vinculada ao Ministério da Educação (MEC), possui "autonomia didático científica, administrativa, de gestão patrimonial e financeira, nos termos da Lei e de seu Estatuto[55]" (UFFS, 2012, p. 9).

Nos questionários da CPA, a categoria "Políticas de Gestão" corresponde aos seguintes indicadores:

[54] "Mestrado Interinstitucional (Minter) e Doutorado Interinstitucional (Dinter) são turmas de mestrado e de doutorado conduzidas por uma instituição promotora (nacional) nas dependências de uma instituição de ensino e pesquisa receptora, localizada em regiões, no território brasileiro ou no exterior, afastadas de centros consolidados em ensino e pesquisa" (BRASIL). Disponível em: <http://capes.gov.br/avaliacao/projeto-minter-e-ou-dinter>. Acesso em: 19 nov. 2017.

[55] O Estatuto da UFFS encontra-se disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/estatuto>. Acesso em: 19 nov. 2017.

Quadro 7: Categoria "Políticas de Gestão" (Eixo 4 do SINAES)

Autoavaliação Institucional – todos os segmentos
24) Adequação dos Programas de Capacitação, Treinamento e Formação Continuada.
25) Promoção das relações interpessoais no Campus.
26) Papel exercido pelas equipes de gestão da UFFS, nos Campi, em processos de tomada de decisões e sua divulgação.
27) Funcionamento do CONSUNI.
28) Funcionamento do Conselho Estratégico Social.
29) Funcionamento do Conselho de Campus.
30) Funcionamento do Conselho Comunitário.
31) Funcionamento dos Colegiados de Cursos.
32) Recursos disponibilizados ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.

Fonte: CPA (UFFS, 2017).

Autoavaliação de Cursos de Graduação – Estudantes
18) Ao precisar de serviços especializados para atendimento de demandas do Curso, no Campus, foi atendido com presteza e acolhimento.
19) Ao identificar algum problema no Curso obteve a solução do mesmo, no Campus, com agilidade e eficiência
20) O Núcleo Docente Estruturante (NDE) apresenta propostas para melhoria do Curso.
21) Os problemas do Curso são tratados nas reuniões de Colegiado do Curso.
22) Possui informações sobre os encaminhamentos para os problemas identificados no Curso.
23) Possui conhecimento sobre os resultados do processo de autoavaliação de seu Curso e seus encaminhamentos. 24) Há participação proativa dos professores/as no Colegiado de Curso.
25) O corpo docente (professores/as) é atuante e mostra-se interessado nas melhorias do Curso.
26) Há participação proativa da representação de estudantes no Colegiado de Curso.
27) O corpo discente (estudantes) é atuante e mostra-se interessado nas melhorias do Curso.
28) A Coordenação de Curso disponibiliza horários para atendimento.
29) A Coordenação de Curso está acessível e promove o diálogo.
30) A Coordenação de Curso organiza momentos de "debates coletivos" (professores/as e estudantes).
31) A Coordenação Acadêmica está acessível e promove o diálogo.
32) A Coordenação Acadêmica realiza atividades de planejamento e avaliação das atividades fins (ensino, pesquisa e extensão), de forma coparticipativa e articulada.

Fonte: Quadro de separação de indicadores por eixo elaborado pela autora, de acordo com dados do relatório da CPA (UFFS, 2017).

Referente às "Políticas de Gestão", o relatório da CPA trata da elaboração dos macros processos de apoio institucional que são: (i) Gestão e Organização Institucional; (ii) Implantação e consolidação da UFFS; (iii) Desenvolvimento e capacitação dos servidores, a fim de que a UFFS concretize sua missão e seus objetivos de propiciar o ingresso efetivo dos estudantes à Educação Superior "[...] para o desenvolvimento da região da fronteira sul, promover a qualificação profissional e a inclusão social, desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando a interação e a integração das cidades e estados que compõem a grande fronteira do Mercosul e seu entorno" (UFFS, 2017, p. 134). O quadro de servidores da UFFS compreende os servidores públicos de cargo efetivo: docentes e Técnicos

Administrativos em Educação (TAEs), além de professores substitutos[56] e de trabalhadores terceirizados[57]. Os processos de gestão e de tomada de decisão da UFFS são realizados dentro da organização geral, composta por órgãos deliberativos: Conselho Universitário (CONSUNI); Conselhos de *Campus*; Reitoria; Direção de *Campus*; Conselho Curador (CONCUR); Auditoria Interna; Conselho Estratégico Social (CES); Conselho Comunitário; Colegiados de Curso de Graduação, além de Comitês e Comissões permanentes de fiscalização, controle e avaliação (UFFS, 2017).

Em relação à sustentabilidade financeira, consta no relatório da CPA que, desde 2011, a UFFS efetua o seu próprio orçamento, a partir dos recursos oriundos do MEC. Fazem parte desse gerenciamento o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas em relação à estrutura física e demais despesas vinculadas ao funcionamento pleno "[...] dos cursos de graduação, projetos e atividades de extensão, pesquisa e pós-graduação lato-sensu", além da "Capacitação de Servidores em Processo de Qualificação e Requalificação, Assistências aos Estudantes, Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, Auxílios e Assistências aos Servidores Públicos e Pagamento de Pessoal" (UFFS, 2017, p. 136).

O PPC do Curso de Pedagogia (UFFS, 2010, p. 7) busca integrar a teoria e a prática ao ensino, "[...] envolvendo professores, alunos e pessoal técnico, e, sempre que possível, integradas em redes e grupos regionais, nacionais e internacionais; da extensão universitária capaz de promover a articulação dos conhecimentos acadêmicos com as práticas sociais das populações locais". Os procedimentos pedagógicos e de gestão do Curso de Graduação em Pedagogia da UFFS é orientado pelos princípios e normas definidos pela UFFS e pela Pró-Reitoria de Graduação. A Coordenação do Curso reúne-se periodicamente com a Pró-Reitoria, com Direção Pedagógica e a Direção de Políticas e Processos a fim de definir as atividades e os planos de trabalho docente. No *Campus* Erechim, "[...] as referidas reuniões são organizadas pela Coordenação Acadêmica. Além das reuniões quinzenais com a Pró-Reitoria de Graduação e Coordenação Acadêmica, internamente o curso possui uma instância colegiada pela qual tramitam processos e assuntos atinentes ao bom funcionamento do curso" (UFFS, 2010, p. 152). Essas reuniões tratam das principais políticas e normas do Curso de Pedagogia, analisam e aprovam os Planos de Ensino e planejamento para cada semestre,

[56] "Os professores substitutos da UFFS estão enquadrados em conformidade com a Lei 8.745, de 09 de dezembro de 1993, a qual dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal" (UFFS, 2017, p. 118-119).

[57] "Os trabalhadores terceirizados são contratados junto a empresas prestadoras de serviços, por meio de processo licitatório" (UFFS, 2017, p. 122-123).

conduzem os projetos de pesquisa e extensão e deliberam sobre os assuntos corriqueiros do curso.

A parte da gestão financeira, expressa no PPC do curso de Pedagogia, está vinculada ao Setor de Serviços Administrativos (vinculado à estrutura organizacional da biblioteca), tendo como atribuição o planejamento, a organização, a supervisão e o controle dos serviços de expediente, de patrimônio e gerais, bem como o controle dos créditos orçamentários, a elaboração do

> plano de distribuição dos recursos financeiros para aquisição dos acervos, segundo os critérios fixados pela política de desenvolvimento de coleções; proceder à prestação de contas à Diretoria da Gestão da Informação, bem como, preparar os processos licitatórios, para compra de material bibliográfico, permanente e de consumo, acompanhado as licitações e fiscalizando o processo. Fica também responsável por [...] fazer a gestão e os relatórios dos recursos provenientes de projetos de órgãos de fomento, internos e externos, fica também a cargo deste setor a gestão patrimonial dos bens das Bibliotecas e Arquivos (UFFS, 2010, p. 173).

Sobre essa categoria “Políticas de Gestão” é preciso, conforme apontado pelo SINAES, avaliar constantemente se os procedimentos da gestão interna e as atividades acadêmicas estão focadas nas finalidades educativas ou se estão voltadas às rotinas burocráticas. Nessa perspectiva, cabe uma reflexão. As finalidades educativas têm como escopo a formação cidadã e a produção de conhecimentos, pressupostos indispensáveis para manter um padrão de qualidade institucional equiparado aos moldes internacionais, requisitos essenciais para serem reconhecidas e, portanto, receberem verbas condizentes com as demandas internas da instituição. Contudo, a realidade das IES do Brasil é diferente da realidade de outros países tidos como referência na área da educação, tendo em vista a amplitude geográfica e as diferenças regionais. Além disso, muitas iniciativas de desenvolvimento esbarram nas restrições orçamentárias.

Em relação às rotinas burocráticas, cabe mencionar que a constituição da UFFS é recente (iniciou as atividades acadêmicas em 2010) e ainda está em fase de ampliação e estruturação. Essas atividades requerem debates e elaboração de documentos, sendo que as decisões precisam ser registradas para terem respaldo institucional e, por vezes, acabam por “engessar” de tal forma os procedimentos que falta tempo para dedicar a inovações. Além disso, na elaboração desse TCC foram enfrentadas dificuldades no sentido de reunir as informações necessárias para subsidiar a pesquisa, tendo em vista a dispersão das informações e a falta de objetividade decorrentes do excesso de documentos.

Referente à quinta categoria, “Infraestrutura”, a UNESCO (1998, p. 7) se propõe a “facilitar, por meio da cooperação internacional, a identificação dos objetivos e interesses de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, o acesso eqüitativo e o fortalecimento de infra-estruturas neste campo e da difusão destas tecnologias por toda a sociedade”. Por sua vez, o SINAES pontua que a “análise da infraestrutura institucional é necessária em função das atividades acadêmicas de formação e de produção de conhecimentos”. Para isso, é preciso “considerar especialmente as salas de aulas, os laboratórios, as bibliotecas, restaurantes, áreas de lazer, transporte, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades da Instituição” (BRASIL, 2003, p. 91). Além disso, é preciso “avaliar os principais elementos da infra-estrutura, considerando se correspondem às necessidades institucionais, tendo em vista os propósitos oficiais que dizem respeito às funções públicas da instituição” (BRASIL, 2003, p. 91).

Sobre a categoria “Infraestrutura”, quando foi elaborado o PDI da UFFS (2012), os *Campi* encontravam-se em instalações provisórias[58]. Atualmente, o *Campus* Erechim possui uma estrutura própria básica. Em relação à política de acessibilidade pretendida pela UFFS, o PDI previu para o ano de 2013 diversas melhorias para adequar os espaços físicos aos padrões de acessibilidade[59], conforme previsto pela Lei nº 10.098/2000. A respeito dessa categoria, os questionários elaborados pela CPA incluem a perspectiva de avaliação elencada nas questões dos quadros abaixo:

[58] “As atividades da UFFS estão sendo desenvolvidas em espaços provisórios, os quais são locados por período determinado, tendo em vista que as instalações definitivas estão em fase de construção” (UFFS, 2012, p. 89).

[59] “As ações visam facilitar o acesso das pessoas com necessidades ao ambiente acadêmico, para o desenvolvimento de suas atividades em condições adequadas, com o suporte de tecnologias assistivas que favoreçam a autonomia pessoal. Com isso, objetiva-se contribuir para o exercício pleno da cidadania e para uma vida digna, produtiva e independente” (UFFS, 2012, p. 85).

Quadro 8: Categoria "Infraestrutura" (Eixo 5 do SINAES)

Autoavaliação Institucional – todos os segmentos
33) Adequação do espaço físico das atividades administrativas.
34) Adequação, conservação e manutenção das instalações sanitárias.
35) Divulgação das políticas de segurança e utilização dos espaços físicos.
36) Adequação de equipamentos para atividades de ensino (em salas de aula).
37) Adequação de equipamentos e recursos de informática para Servidores/as Técnico-Administrativos/as e Professores/as.
38)Divulgação das políticas de segurança e utilização dos equipamentos.
39) Adequação do sistema de pesquisa da biblioteca.
40) Adequação do espaço da biblioteca.
41) Adequação da política de aquisição de livros, periódicos e multimeios às necessidades dos projetos pedagógicos dos cursos
42) Adequação do espaço físico, conservação e manutenção dos laboratórios.
43) Adequação dos espaços físicos específicos para os portadores de necessidades especiais: rampas, elevadores, banheiros, estacionamento, etc.
44) Adequação de equipamentos e mobiliários específicos para os portadores de necessidades especiais.

Fonte: CPA (UFFS, 2017).

Autoavaliação de Cursos de Graduação – Estudantes
2) A infraestrutura do Campus atende às necessidades do Curso.
5) Os títulos exigidos na bibliografia básica dos Componentes Curriculares são localizados na Biblioteca.

Fonte: Quadro de separação de indicadores por eixo elaborado pela autora, de acordo com dados do relatório da CPA (UFFS, 2017).

O relatório da CPA traz várias ponderações a respeito da categoria "Infraestrutura", apontando, inicialmente, que a infraestrutura física da UFFS foi planejada a partir de uma gestão democrática, com a cooperação da comunidade acadêmica e da comunidade externa. Atualmente, "[...] a infraestrutura nos *Campi* definitivos atende às necessidades básicas para a pesquisa, ensino e extensão, sendo suficiente e adequada para esta etapa de implantação" (UFFS, 2017, p. 137). A UFFS possui vários objetivos com a implantação dos *Campi*, destacando-se os principais:

> estimular a convivência entre estudantes e a integração com a comunidade ao encontro da interação multidisciplinar proposta no Projeto Pedagógico institucional; fomentar tecnologias e sistemas de melhor desempenho energético e sustentável através de certificações; propiciar o planejamento e a gestão democrática e participativa do território dos campi através de comissões, conselhos e audiências; reforçar a centralidade do Campus na região das cidades implantadas com meios alternativos de mobilidade urbana e sistemas articulados de espaços públicos; e criação de espaços verdes aliados à Preservação Ambiental (UFFS, 2017, p. 137).

O relatório também destaca "[...] que a Secretaria Especial de Laboratórios não tem medido esforços para garantir que as referidas estruturas provisórias garantam a realização das aulas práticas necessárias para o momento em que se encontram os cursos de graduação da instituição" e que a maioria das aulas não enfrentam problemas nas exigências para o nível de graduação (UFFS, 2017, p. 143). De acordo com o relatório, o *Campus* Erechim conta com Restaurante Universitário (RU), Laboratórios Didáticos, Laboratórios e Informática, Bloco de

Salas de Professores, Biblioteca Universitária, Galpão de Maquinário Agrícola; laboratório de linguística e história oral; laboratório de software aplicados; laboratório de informática; laboratório de microscopia; e o Curso de Pedagogia conta com laboratório de docência e brinquedoteca. De acordo com o relatório, a infraestrutura básica do *Campus* Erechim está nos padrões de acessibilidade que atendem as necessidades dos usuários. Essa categoria também se faz presente no PPC do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, ao descrever as instalações gerais necessárias para o desenvolvimento das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão relativas ao curso, conforme segue: Biblioteca[60] e quadro de pessoal[61]; divisão de arquivos[62]; 2 salas de Coordenação de Curso; 2 salas de reuniões; 20 salas de trabalho para professores, 20 salas de aula; 2 laboratórios de informática de uso geral; 2 Salas para aulas de informática; 4 salas para orientação de bolsistas/pesquisa/extensão. Além disso, o Bloco B está em fase de finalização e comportará, dentre outros, salas de aula, um espaço maior para o acervo bibliográfico e auditório que comportará maior número de pessoas.

Conforme apontamento do SINAES, a categoria "Infraestrutura" das IES é fundamental para desempenho das atividades acadêmicas, correspondentes, em especial, aos espaços das salas de aulas, dos laboratórios, das bibliotecas, dos restaurantes, das áreas de lazer, e os meios de transporte, considerando os projetos de ensino, de pesquisa, de extensão e, especialmente, as finalidades da Instituição. Nesse contexto, a preocupação da UFFS está voltada ao atendimento pleno dessas determinações.

As políticas de gestão da administração da UFFS oportunizam a colaboração da sociedade para elaborar, acompanhar e avaliar o Planejamento Institucional, por meio "[...] das audiências públicas do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS e" das "Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão, envolvendo a participação de todos os segmentos da Comunidade Universitária" (UFFS, 2017, p. 17). Os grandes eixos de atividade da universidade abrangem:

---

[60] "A Biblioteca do Campus Erechim conta com área de 188,40 m². A sala de estudos possui 58,30m² e conta com 14 mesas e 27 cadeiras. O espaço destinado ao acervo é de 105,10m² e para atendimento ao usuário há 10m². O usuário conta ainda com 14 computadores para consulta e estudos. Há também 45 armários guarda-volumes" (UFFS, 2017, p. 155).

[61] "Em Erechim, a equipe é formada atualmente por dois bibliotecários, quatro assistentes em administração. Serão necessários mais dois bibliotecários e dez assistentes" (UFFS, 2017, p. 159).

[62] "A missão da Divisão de Arquivos é desenvolver e coordenar a política e a gestão arquivística na UFFS, visando a eficiência administrativa, a agilização dos fluxos informacionais e a preservação da memória institucional" (UFFS, 2010, p. 174).

> 1. A manutenção e o funcionamento da UFFS, 2. A implantação de sua estrutura física, 3. A assistência ao estudante do ensino superior, 4. O fomento às ações de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, 5. Os auxílios e assistências aos serviços, 6. A capacitação de servidores e 7. A capacitação de professores, gestores e profissionais da educação básica (CPA UFFS, 2017, p. 179).

Dentre os documentos analisados nesse TCC, o relatório[63] da Comissão Própria de Avaliação (CPA[64]) é o que sistematiza o processo de avaliação interna, subsidia a Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e elabora metas e desafios a serem alcançados a fim de melhorar os pontos fracos apontados no processo avaliativo. Levando em consideração a relevância desse relatório para o desenvolvimento da UFFS, é feita uma análise dos tópicos julgados de maior impacto na organização dos processos institucionais e das diretrizes do Curso de Pedagogia.

Após a sistematização dos dados, a CPA (UFFS, 2017, p. 7) "[...] organiza o Relatório de Auto Avaliação, anualmente, de acordo com as orientações e recomendações do SINAES", sendo que o relatório em análise no presente TCC foi elaborado e conduzido pelo coletivo da terceira gestão da CPA. De acordo com a CPA, a coleta de dados referente ao ano de 2016 ocorreu concomitantemente em todos os *Campi*, no período de 08 e 22 de fevereiro de 2017[65] e, a partir da análise dos questionários[66], foi elaborado um relatório com os resultados das pesquisas. Esse relatório "[...] tem um papel importante na consolidação da cultura institucional sobre a autoavaliação, revelando o andamento dos trabalhos e das atividades executadas no ano de 2016" (UFFS, 2017, p. 5). Tal relatório serve de parâmetro para "a) Reconhecimento dos Cursos de Graduação; b) Reconhecimento da Universidade; c)

---

[63] O relatório da CPA pode ser obtido na íntegra, por meio do site institucional da UFFS. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/bd/gabinete-do-reitor/equipes-de-trabalho/comissao-propria-de-avaliacao/autoavaliacao-institucional/arquivos/relatorio-de-autoavaliacao-institucional-2017-ano-base-2016>. Acesso em: 21 nov. 2017.

[64] "A CPA da UFFS desempenha seis atribuições básicas sob sua responsabilidade: I. Promover a construção de uma política de avaliação institucional na UFFS; II. Elaborar e executar o projeto de autoavaliação da Universidade; III. Conduzir o processo de autoavaliação da Instituição, elaborar pareceres e encaminhar recomendações aos demais órgãos da Universidade; IV. Implementar ações visando a sensibilização da comunidade universitária para o processo de avaliação na Universidade; V. Elaborar o relatório de avaliação institucional e proceder seu encaminhamento aos órgãos competentes; VI. Coletar e sistematizar as informações referentes ao processo de autoavaliação da Universidade" (UFFS, 2017, p. 20-21)

[65] "Este atraso se justifica por conta da ocupação, por parte dos estudantes, ocorrida entre outubro e dezembro de 2016. Isto suspendeu o calendário acadêmico e obrigou a CPA a suspender o processo programado para ocorrer na segunda quinzena do mês de novembro. Após a retomada do calendário acadêmico de 2016, reprogramado para prosseguir na semana de 19 a 23 de dezembro e de 31 de janeiro a 03 de março, o processo de coleta de dados foi também reprogramado para a data citada" (UFFS, 2017, p. 166).

[66] Inicialmente, a organização dos dados das pesquisas foi tratada pela equipe de Tecnologia da Informação - TI da UFFS. Os dados foram organizados em uma planilha, conforme o segmento, a fim de extrair as informações e elaborar os gráficos de interesse institucional e da comunidade acadêmica. Ou seja, "a pesquisa sobre os cursos, que envolve apenas estudantes, foram segmentados por curso e Campus. No caso da pesquisa institucional, foram segmentados por Campus e categoria universitária (docente, TAE e discente)" (UFFS, 2017, p. 166).

Realização de um balanço crítico das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica para subsidiar as tomadas de decisões com respeito as áreas citadas; d) Encaminhar o relatório ao MEC/INEP" (UFFS, p. 7). Conforme apontado pela CPA (UFFS, 2017), o relatório passa pelas etapas de planejamento, de execução e de divulgação dos resultados. "Na etapa de divulgação dos resultados, merecem destaque as iniciativas de tomada de decisão" (UFFS, 2017, p. 7). Duas equipes são responsáveis pela cogestão do programa. São elas: Equipes Intersetoriais: CPA, Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD e de ambas com as Coordenações Acadêmicas e/ou Coordenações de Cursos, "[...] para fins de orientação sobre as visitas das Comissões de Avaliação Externa, MEC/INEP" (UFFS, 2017, p. 7).

No questionário da Autoavaliação Institucional, todos os segmentos (discentes, docentes e técnicos-administrativos) participaram e o Questionário de Avaliação dos Cursos de Graduação foi respondido pelos discentes. No quadro nº 8, pode ser visualizado o retorno dos estudantes do *Campus* Erechim aos questionários. A partir do resultado dos questionários, a CPA elencou os cinco indicadores que receberam as melhores e as piores notas, conforme pode ser visualizado nos quadros abaixo.

Quadro 9: Relação das 5 questões com melhores e piores notas

Avaliação Institucional – Todos os segmentos		
MELHOR AVALIADAS		
Eixo	Nº	Questão
5	42	Adequação do espaço físico, conservação e manutenção dos laboratórios.
5	34	Adequação, conservação e manutenção das instalações sanitárias.
5	39	Adequação do sistema de pesquisa da biblioteca.
5	43	Adequação dos espaços físicos específicos para os portadores de necessidades especiais: rampas, elevadores, banheiros, estacionamento, etc.
3	9	Coerência entre a concepção de currículo e a organização didático-pedagógica, em função da razão pela qual a instituição foi criada e as diretrizes curriculares do MEC
PIOR AVALIADAS		
Eixo	Nº	Questão
4	25	Promoção das relações interpessoais no Campus.
3	21	Adequação e efetividade dos mecanismos de comunicação institucional na aproximação com a comunidade Externa.
4	32	Recursos disponibilizados ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.
2	4	Conhecimento da comunidade sobre os projetos da Universidade voltados ao desenvolvimento social
3	17	Integração entre graduação e pós-graduação.

Fonte: Elaborado pela autora, de acordo com dados do relatório da CPA (UFFS, 2017).

Continuação

Avaliação dos Cursos de Graduação – Estudantes do Campus Erechim		
MELHOR AVALIADAS		
Eixo	Nº	Questão
4	28	A Coordenação de Curso disponibiliza horários para atendimento.
4	29	A Coordenação de Curso está acessível e promove o diálogo.
3	14	Os estágios curriculares são proveitosos.
4	21	Os problemas do Curso são tratados nas reuniões de Colegiado do Curso.
3	10	Os Componentes Curriculares contribuem para os processos de tomada de decisão e resolução de problemas em relação à prática profissional (do Curso).
PIOR AVALIADAS		
Eixo	Nº	Questão
3	17	A participação em grupos de estudo, projetos de pesquisa, atividades de extensão ou afins (relacionadas ao Curso) é estimulada no Campus.
4	22	Possui informações sobre os encaminhamentos para os problemas identificados no Curso.
4	23	Possui conhecimento sobre os resultados do processo de autoavaliação de seu Curso e seus encaminhamentos.
3	6	A integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão é visível no Curso.
5	5	Os títulos exigidos na bibliografia básica dos Componentes Curriculares são localizados na Biblioteca.

Fonte: Quadro de separação de indicadores por eixo elaborado pela autora, de acordo com dados do relatório da CPA (UFFS, 2017).

Com base na análise dos resultados desses questionários, (ano base 2016), a CPA elaborou um plano contendo algumas ações a serem tomadas a fim de garantir a qualidade institucional, tendo em vista que "a competência institucional da UFFS corresponde às principais responsabilidades ou atribuições a serem executadas para atender às demandas dos seus beneficiários diretos e indiretos. Essas estão contempladas pela Lei de Criação da instituição e ainda pelo seu Estatuto" (UFFS, 2017, p. 178).

Conforme consta no final do relatório da CPA (UFFS, 2017, p. 177), "a partir das análises realizadas, algumas ações podem ser traçadas, tentando buscar os melhores resultados para a UFFS a curto, médio e longo prazos". Na perspectiva de Rodrigues (2011, p. 172), [...] é inútil avaliar sem a perspectiva de efetuar correções de rumo, somente para cumprir certos critérios impostos pelo governo, sem visualizar as melhorias que a mesma pode vir a acrescentar ao ambiente institucional". Por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, a UFFS busca cumprir com suas incumbências, de acordo com as atividades fins de ensino, pesquisa e extensão[67]. De acordo com Rodrigues (2011, p. 171), "atualmente, as universidades sofrem cobrança por parte do governo, da imprensa, da comunidade, de outras

[67] 1. O ensino, cujo foco é a formação de excelência acadêmica e profissional, inicial e continuada, nos diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; 2. A pesquisa e atividades criadoras em todos os campos do saber, de modo especial em temas ligados à problemática científico-tecnológica, social, econômica, ética, estética, cultural e ambiental, empreendendo ações que busquem alternativas e soluções; 3. A extensão universitária, visando ao aperfeiçoamento da organização social e o desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência, da tecnologia, da economia e da política (UFFS, 2017, p. 178).

instituições, inclusive entre as universidades, o que vem a demonstrar a importância dos resultados das avaliações para a própria manutenção da imagem institucional".

Nesse sentido, a CPA detalha as linhas de ação, que abrangem os desafios e os objetivos mais relevantes[68] e definem as metas a curto, médio e longo prazo, que incluem: manutenção e funcionamento institucional da UFFS e dos cursos de graduação e de Pós-Graduação; implantação de sua estrutura física; assistência ao estudante; fomento às ações de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação; auxílios e assistências aos servidores; capacitação de servidores, professores, gestores e profissionais da educação básica; ampliação do acervo bibliográfico; construção da Moradia estudantil em todos os *Campi*; desenvolvimento de políticas para auxílio alimentação, alojamento e transporte, além de outras iniciativas da assistência estudantil que contribuam para o bom desempenho dos acadêmicos. Também fazem parte dos objetivos da UFFS apoio financeiro para manutenção dos estudantes carentes, inclusive os de origem estrangeira que estão matriculados em cursos de graduação; promoção para ingresso de estudantes de baixa renda; fomento às Ações de Ensino, de Pesquisa, de Extensão e de Pós-Graduação, além de atendimentos às comunidades a partir da

> [...] implementação de ações educativas e culturais, manutenção da infraestrutura da extensão universitária para garantir seu funcionamento, e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão; formação de grupos tutoriais, compostos por alunos dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrandos ou doutorandos sob a orientação de docentes que possua título de doutor; realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos; realização de projetos, eventos e demais atividades voltados à promoção e incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais, além de outras atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos em questão (UFFS, 2017, p. 181).

Também, consta no relatório da CPA que a UFFS definiu como meta a implementação de um sistema unificado de avaliação institucional, a partir do setor de gestão de Tecnologia da Informação, a fim de padronizar e qualificar os processos de apresentação e de seleção de projetos de pesquisa e de extensão. Seria pertinente que esse sistema suprisse algumas lacunas e facilitasse a análise dos documentos de avaliação de forma a demonstrar com maiores detalhes o resultado das avaliações, por curso de graduação. O Relatório de Autoavaliação Institucional elaborado pela CPA contempla a análise do questionário da "Avaliação Institucional" por segmento: discentes, docentes e TAEs, mas não separa por *Campus. O* resultado da análise do questionário de "Avaliação dos cursos pelos discentes" também é

[68] Os mais relevantes na visão da autora desse TCC, por estarem vinculados aos estudantes, terem maior proximidade com os cursos de graduação ou estarem relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão.

divulgado de forma geral, ou seja, um levantamento da avaliação que inclui todos os *Campi* e outro separado por *Campus,* mas não separa por curso, inviabilizando o diagnóstico preciso de qual posição ocupa cada curso. Cabe destacar que, para que todos esses aspectos sejam efetivados, a partir do resultado dos questionários, a UFFS se dispõe a promover a qualificação e requalificação de pessoal objetivando a melhoria contínua dos processos de trabalho e, consequentemente, dos índices de satisfação da sociedade. Portanto, essas metas são impulsionadas pelo resultado dos questionários de autoavaliação institucional na busca por atender as normas comparativas de qualidade, reconhecidas no plano internacional, conforme estabelece a UNESCO, tendo em vista que o Relatório da CPA subsidia o Reconhecimento dos Cursos de Graduação e da Universidade. Além disso, esse relatório ampara as informações prestadas pelas Equipes Intersetoriais (CPA, PROGRAD e de ambas com as Coordenações Acadêmicas e/ou Coordenações de Cursos) nas visitas das Comissões de Avaliação Externa – MEC/INEP.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) regule a avaliação de modo geral, percebe-se, a partir da análise apresentada nesse Trabalho de Conclusão de Curso, que os indicadores de qualidade definidos refletem pelas demais instâncias de controle e de fiscalização da qualidade das Instituições de Educação Superior. Também, cabem elencar alguns destaques encontrados nos documentos analisados, os quais reforçam a premissa de que os processos de internacionalização da educação são fatos determinantes na regulação e padronização dos sistemas educativos.

Na Conferência Mundial sobre Educação Superior – UNESCO (1998, p. 6), ao tratar o tema "Avaliação da Qualidade", aparece a seguinte observação "uma auto-avaliação interna transparente e uma revisão externa com especialistas independentes, se possível com reconhecimento internacional, são vitais para assegurar a qualidade". Ao detalhar a "Proposta para uma Política de Avaliação da Educação Superior", o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), faz a seguinte observação: "[...] a proposta de avaliação aqui apresentada também deve incorporar, além da dimensão cognitiva, as perspectivas críticas das funções da Educação Superior dentro do contexto nacional e internacional" e que esse sistema envolve duas dimensões: avaliação educativa e de regulação, concepção essa que "[...] procura articular a avaliação interna à avaliação externa, a comunidade acadêmica com membros da sociedade, as instâncias institucionais com as nacionais e internacionais (BRASIL, 2003, p. 62).

Ao elencar os objetivos e metas para o ano de 2013, consta expressamente no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS (PDI) a meta de "Inserção da UFFS nas políticas e programas de internacionalização acadêmica, de docentes e discentes" para fomentar as Ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação (UFFS, 2012, p. 57). No questionário da Autoavaliação Institucional da Comissão Própria de Avaliação da UFFS (CPA), no eixo 3 "Políticas Acadêmicas", consta no 13° indicador o "estímulo institucional à organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais" (UFFS, 2017, p. 12). No relatório CPA, aparece a seguinte menção: no Plano Plurianual (PPA) "[...] 2016-2019 foram estabelecidos treze objetivos gerais, que pautarão as agendas de trabalho na UFFS" dentre eles: "[...] objetivo 9 – Desenvolvimento da Internacionalização" (UFFS, 2017, p. 34). Ainda, ao tratar do EIXO 3, "Políticas Acadêmicas – Programas para a Graduação", subitem "Processos de Internacionalização", aparece a

seguinte observação: "a Assessoria Especial para Assuntos Internacionais (AAI) da Universidade Federal da Fronteira atua no âmbito do Gabinete do Reitor e desempenha o papel de orientar a gestão sobre parcerias e ações desenvolvidas com instituições do exterior, bem como nas ações de internacionalização da universidade" (UFFS, 2017, p. 74).

Por fim, o PPC do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira SUL (UFFS) cita que "[...] a constituição de estratégias de formação continuada no âmbito da educação superior é algo relativamente recente nas políticas e práticas educativas brasileiras" e busca "[...] incentivar a participação dos docentes que ministrem disciplinas nesta licenciatura em diferentes eventos que tomem os saberes educativos como temática principal" (UFFS, 2010, p. 160). O Curso de Pedagogia da UFFS preza pela indissociabilidade entre teoria e prática ao produzir e difundir novos conhecimentos integrando, quando viável "[...] em redes e grupos regionais, nacionais e internacionais; da extensão universitária capaz de promover a articulação dos conhecimentos acadêmicos com as práticas sociais das populações locais (UFFS, 2010, p. 7).

Merece destaque o fato de que o desempenho acadêmico está intrinsicamente ligado à qualidade da educação, o que repercute no desenvolvimento do País. Portanto, limitar os investimentos na área da educação é frear a produção de saberes científicos. Esses fatores impactam diretamente na avaliação dos cursos de graduação, que leva em conta a produção de conhecimentos e o número de matrículas na base de cálculo dos indicadores de desempenho: um baixo conceito pode levar ao indeferimento do pedido de autorização de funcionamento do curso.

Outro aspecto a analisar, pontuado pelo SINAES, é a importância de avaliar constantemente os procedimentos da gestão interna para que o foco das atividades acadêmicas esteja voltado às finalidades educativas, e não em rotinas burocráticas. Sem dúvida, essa é razão maior da existência das IES: a Educação Superior é pautada pela formação cidadã e pela produção de conhecimentos, itens que determinam a qualidade institucional. No entanto, para manter essa qualidade, os procedimentos burocráticos acabam sendo necessários, uma vez que as discussões e decisões precisam estar registradas para terem validade e possam respaldar as avaliações externas e internas.

Ao analisar o Relatório de Autoavaliação Institucional elaborado pela CPA, constatou-se que o resultado do questionário da "Avaliação Institucional" está fragmentado por segmento: discentes, docentes e Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) e não separadamente por *Campus* e que o resultado da análise do questionário de "Avaliação dos cursos pelos discentes" é divulgado de forma geral, ou seja, um levantamento da avaliação

que inclui todos os *Campi* e outro separado por *Campus,* mas não separado por curso. Portanto, o resultado apresentado não oferece subsídios para verificar as necessidades de cada curso de graduação. Além disso, as metas pautadas no relatório da CPA são gerais para todos os *Campi*, pois, embora haja uma consonância com os outros *Campi,* cada *Campus* tem suas necessidades específicas, bem como cada curso de graduação tem suas especificidades. Portanto, seria pertinente que esses apontamentos estivessem presentes, também, no Relatório de Autoavaliação Institucional elaborado pela CPA.

Com base no resultado das últimas avaliações, o PPC do Curso de Pedagogia da UFFS (2010), no exato período de escrita deste TCC, está passando por uma reformulação pelo colegiado do Curso. O PPC do Curso de Pedagogia da UFFS (2010) contextualiza que há uma integração entre o resultado das avaliações externa e interna com a avaliação dos componentes curriculares das disciplinas, corroborando com a premissa de que os indicadores dessas avaliações interferem nos processos institucionais.

Portanto, a partir da linha de avalição traçada pela UNESCO e detalhada pelo SINAES, pode-se constatar, por meio dos documentos institucionais, que a UFFS buscou elaborar a estrutura organizacional de modo que o planejamento e a avaliação institucional correspondessem às indicações internacionais e às diretrizes nacionais. Também, foi possível verificar que os indicadores levados em conta nos modelos de avaliação influenciam na avaliação periódica do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), impactando em adequações na Matriz Curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *Campus* Erechim. Essa regulação e imposição de indicadores externos dá pouca margem de autonomia às Instituições de Educação Superior, princípio básico do que é universidade.

REFERÊNCIAS

AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais:** transformações e desafios. Petrópolis: Vozes, 2011.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2010.

BENINCÁ, D; SANTOS, E. O caráter popular da educação superior. In: SANTOS, E; MAFRA, J. F.; ROMÃO, J. E. (Orgs). **Universidade popular**: teorias, práticas e perspectivas. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 19-49.

BENINCÁ, D. Uma universidade em movimento. In: _____Org.). **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 31-63.

BERTOLIN, J. C. G. A importância da educação superior para o desenvolvimento dos países. In: FRANCO, M. E. S. P; MOROSINI, M. C (orgs). **Qualidade na educação superior**: dimensões e indicadores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p. 511-525.

BITTENCOURT, Z. A.; MOROSINI. M. C. Programa Mais Educação como política de educação integral: uma análise a partir da abordagem do ciclo de políticas. **Práxis Educativa,** Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 559-583, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/6760/4651>. Acesso em: 09 mai. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/436>. Acesso em: 21 jun. 2017.

_____. Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 04 abr. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) Diretoria de Avaliação de Educação Superior (DAES) Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior (CGACGIES). Nota Técnica Nº 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC. Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) Censo da Educação Superior 2016. Brasil, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206>. Acesso em: 02 jan. 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Indicadores de qualidade. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-de-qualidade>. Acesso em: 23 out. 2017.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília: Inep, 2015. 5 v.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 23 nov. 2017.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 19 jun. 2017.

_____. Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12029.htm>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação (MEC). Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades? Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=116:qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e->. Acesso em: 17 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). Qualidade da Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4316-livretoqualidadeducacao&category_slug=abril-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 06 out. 2017.

_____. Ministério da Educação (MEC). Portaria normativa n° 10, de 2 de julho de 2009. Fixa critérios para dispensa de avaliação in loco e dá outras providências. Publicada no DOU n° 125, de 3/7/2009, seção 1, p. 17).

_____. ONUBR, Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRZEZINSKI, I. Avaliação institucional na universidade pública: mecanismo de mediação entre a gestão e o planejamento. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 2, p. 391-404, jul./dez. 2013.

CÉSAR, S. B. A indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão e a gestão do conhecimento: Estudo em universidade brasileira. FUMEC, 2013. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/sigc/article/viewFile/1918/1226>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ**. n.24. Rio de Janeiro, Sept./Dec. 2003.

CUNHA, M. I. Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão. **Rev. Bras. Educ**., vol.11 no.32 Rio de Janeiro May/Aug. 2006.

DELGADO FILHO, A. B. Avaliação Institucional de Órgãos Técnicos e Administrativos em Universidades Públicas: Fundamentos para a Unicamp. **Anais do VI Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul**, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

DIAS SOBRINHO, J. Apresentação. In: LEITE D.; BRAGA A. M. S. (Org.). **Inovação e avaliação na universidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 9-13.

JEZINE, E; SERRANO. R. M. S. M. O Banco Mundial e os indicadores de regulação e emancipação superior brasileira. In: TEODORO, A.; JEZINE, E. (Orgs.). **Organizações internacionais e modos de regulação das políticas de educação:** indicadores e comparações internacionais. Brasília, Liber Livro, 2012. p. 159-187.

LEITE, D. **Reformas Universitárias. Avaliação Institucional Participativa.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2005. 141 págs. ISBN 85.326.3120-7.

LEITE, D.; GENRO, M. E. H. Avaliação e internacionalização da Educação Superior: Quo vadis América Latina? **Avaliação.** Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 3, p. 763-785, nov. 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. D. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 1986.

MARTINS, A. C. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira,** vol 17, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

MAY, F. Da escola para a Universidade: o novo perfil do estudante do ensino superior. In: PEREIRA, T. I. (Org.). **Universidade pública em tempos de expansão** – entre o vivido e o pensado. Erechim: Evangraf, 2014. p. 75-85.

MENEZES, E.T.; SANTOS, T. H., 2001. Programa de Avaliação Institucional. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** – **Educabrasil.** São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/paiub-programa-de-avaliacao-institucional/>. Acesso em: 03 dez. 2017.

MIZAEL, G. A. et al. Expasión de la educación superior – avaliação do plano de desenvolvimento institucional das universidades federais do consórcio sul-sudeste de Minas Gerais. **Anais do XII Colóquio Internacional de Gestión Universitaria**, 2012.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista de Educação da UFSM,** Santa Maria: Centro de Educação, v. 40, n. 1. p. 101-116, 2015.

NORBERTO, A. P. As políticas públicas da educação superior: avaliação institucional nas universidades brasileiras. **Anais do XIV Colóquio internacional de gestão universitária** – CIGU Florianópolis – SC, 2014.

NOVAES, I. L.; CARNEIRO, B. P. B. Dilemas da gestão em uma universidade estadual multicampi: a implantação da secretaria especial de avaliação institucional (SEAVI/UNEB). **Anais do XIV Colóquio internacional de gestão universitária** – CIGU. Florianópolis – SC, 2014.

OLIVEIRA, A. R. M de. Qualidade e cursos de excelência. In: FRANCO, M. E. S. P; MOROSINI, M. C (orgs). **Qualidade na educação superior**: dimensões e indicadores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p. 202-220.

PALHARINI, F. de A., et al. Percursos da avaliação institucional na Universidade Federal Fluminense. **Movimento:** Revista da Faculdade de Educação da UFF, Niterói, EdUFF, n. 7, p. 93-112. Mai/2003.

PERIM, G. L. et al. A avaliação institucional no curso de Medicina da Universidade de Londrina: uma experiência inovadora. **Rev. bras. educ. med.,** v. 32, n. 2 Rio de Janeiro. Apr/June 2008.

PERIOTTO, A. J.; OLIVEIRA JORGE, J. P.; ENDRICI, J. O. M. Gestão da Informação na Universidade: o paradigma digital e as perspectivas para as políticas setoriais e para a auto-avaliação institucional. **Anais do VI Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul**, Blumenau, SC, 2006.

PEREIRA, T. I. **Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições**: a experiência do Alto Uruguai Gaúcho. Faculdade de Educação, Programa de PósGraduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2014. 281 f. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/98599. Acesso em: 28 mai. 2017.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAUJO, C. M.; BARREYRO, G. B. (2006). SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 425-436, 2006.

RIBEIRO, J. L. L. de S. et al. Avaliação institucional: os efeitos sobre a gestão acadêmica em uma universidade pública brasileira. **Anais do XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas**. 2013.

RODRIGUES, C. M. C. Avaliação institucional integrada ao planejamento anual: uma proposta às instituições de ensino superior. In: LEITE D.; BRAGA A. M. S. (Org.). **Inovação e avaliação na universidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 171-185.

RODRIGUES, M. S. de S; SILVA, D. C. B. A Avaliação de Desempenho do Corpo Técnico-administrativo da Universidade Federal do Ceará e a Avaliação Institucional (SINAES): Formatos de Avaliação que se Conjugam na Construção da Cultura de Avaliação. **Anais do VI Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul**, Blumenau, SC, 2006.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, D. **Ensino público e algumas falas sobre universidade.** São Paulo: Cortez Autores Associados, 1984.

SILVA, da. J. M.; BIANCHI, I. S; JACOBSEN, A. de L. Programa de auto-avaliação institucional, o modelo aplicado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). **Anais do X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur**. Mar del Plata, 8, 2010.

SILVA, da. R. F. D. A. Universidade e a formação de professores na contemporaneidade: contribuições para uma crítica política. In: BENINCÁ, D. (Org.). **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 149-169.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SGUISSARDI, V.; SILVA, E. P. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. In: OLIVEIRA, J. F.; CATANI, A. M.; SILVA JÚNIOR, J. R. (Orgs.). **Educação superior no Brasil**: Tempos de internacionalização. São Paulo: Xamã, 2010, p. 105-131.

UNESCO. Conferência Mundial sobre Educação Superior. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. **Biblioteca Virtual de Direitos Humanos,** USP, 1998.

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). **Apresentação.** Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. **Site institucional**. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br>. Acesso em: 04 out. 2017.

_____. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório de autoavaliação institucional**, 2016. Comissão Própria de Avaliação UFFS. Chapecó, 2017. 194p. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/bd/gabinete-do-reitor/equipes-de-trabalho/comissao-propria-de-avaliacao/autoavaliacao-institucional/arquivos/relatorio-de-autoavaliacao-institucional-2017-ano-base-2016>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**, 2012. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional/plano-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura**. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/erechim/cursos/graduacao/pedagogia/documentos>. Acesso em: 03 dez. 2017.

ZANELLA, A. Universidade, educação básica e o Brasil que queremos. In: BENINCÁ, D. (Org.). **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 87-123.